



JOSÉ EDUARDO MOREIRA DO NASCIMENTO

**OS VALORES MORAIS E ETHOS REPUBLICANO NA
FORMAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFLA**

**LAVRAS – MG
2018**

JOSÉ EDUARDO MOREIRA DO NASCIMENTO

**OS VALORES MORAIS E ETHOS REPUBLICANO
NA FORMAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFLA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para obtenção
do título de Bacharel em
Administração Pública.

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza
Orientador

JOSÉ EDUARDO MOREIRA DO NASCIMENTO

**OS VALORES MORAIS E ETHOS REPUBLICANO NA FORMAÇÃO DOS
EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFLA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para obtenção
do título de Bacharel em
Administração Pública.

APROVADA em 04 de dezembro de 2018.

Prof. Dr. Renato Silvério Campos - UFLA

Prof. Dr. Dênis Renato de Oliveira - UFLA

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza
Orientador

**LAVRAS – MG
2018**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado força e coragem para superar os obstáculos e por estar sempre presente em minha vida.

Aos meus pais Waldomiro e Ângela, pelos dias de vigília, pelos fins de semana separados, pelas viagens que não fizemos, pelo tempo e pelo dinheiro investidos aos meus, pelos conselhos. Mas, sobretudo, por me terem me criado com exemplos de amor e de honestidade.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Gustavo por toda a orientação, atenção, carinho e conhecimento transmitido nesse período ao qual que trabalhamos juntos.

A Prof. Priscila Oliveira pelo suporte, carinho e conselhos dados ao longo de toda a minha graduação.

Aos meus irmãos Vivian, Gabriel, Karen e Maria Eduarda que esteve presente em todos os momentos, me dando amor, incentivo e apoio.

Aos meus amigos Ana Carolina, Gabriela, Luis Fernando, Vanuza, Valéria e Vicente que sempre estão ao meu lado e me dão suporte para que continue na busca dos meus objetivos.

Aos colegas que pude fazer e que muito me ajudaram nessa etapa importante de minha vida, em especial, Andréia, Eder, Jamila, Lineker, Marcello e Thais.

À UFLA, pela oportunidade de crescer profissionalmente em meio aos exemplos dados pelos professores e pelos funcionários.

MUITO OBRIGADO!

*“Meu fado é de não entender quase tudo. Sobre o
nada eu tenho profundidades”*

Manoel de Barros

RESUMO

As nuances do exercício da função do administrador público possui uma natureza que o confere características peculiares em relação aos demais profissionais. Diante dessa constatação, o trabalho busca apresentar uma ferramenta que consiga – a partir da metodologia da Teoria da Resposta ao Item (TRI) – aferir a adesão a valores morais da justiça, respeito e Ethos Republicano dos egressos do curso de Administração Pública da UFLA. Tem-se como ponto de partida um estudo de caso exploratório, em que a idealização das questões/situações se debruçou numa revisão da teoria de Kohlberg. Assim, o principal objetivo deste trabalho é medir, a partir do questionário aplicado, a força e adesão em relação aos valores morais – ademais, estabelecer um questionamento sobre a grade curricular do curso, no qual procura-se entender, através do ensino, da pesquisa e da extensão, consegue incitar em seus discentes a preocupação moral e ética alinhada com os princípios do movimento Campo de Públicas – além disso, compreender como os egressos absorvem os valores frente a atuação profissional. Esse estudo ainda procura mostrar as dificuldades em elaborar itens distintos ao criar um instrumento de mensuração e também em como o complemento das análises das respostas abertas auxiliam na sua reestruturação. Espera-se que, ao final, o trabalho contribua para o campo das ciências sociais, notadamente a Administração Pública.

Palavras-chave: Valores Morais. Ética. Teoria de Kohlberg. Ethos Republicano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Períodos Paradigmáticos do Ensino de Administração Pública no Brasil.....	19
Quadro 2 - Estágios do Campo de Públicas	24
Quadro 3 - Estágio de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1976)	31
Tabela 1- Incidência das respostas em relação ao valor da Justiça.....	37
Tabela 2- Incidência das respostas em relação ao valor do Respeito	39
Tabela 3- Incidência das respostas em relação ao Ethos Republicano	41
Gráfico 1- Gráfico de adesão ao valor da Justiça.....	38
Gráfico 2- Gráfico de adesão ao valor do Respeito	40
Gráfico 3- Gráfico de adesão ao valor d o Ethos Republicano	42

LISTA DE SIGLAS

CFA	Conselho Federal de Administração
CEPA	Código de Ética Profissional do Administrador
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DESUP	Departamento de Supervisão do Ensino Superior
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
ESAN	Escola Superior de Administração e Negócios
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
IAG	Instituto de Administração e Gerência
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organizações das Nações Unidas
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Concepção e trajetória histórica do conhecimento em Administração Pública no Brasil	13
2.2 Campo de Públicas no Brasil: do definição ao lampejo e consolidação.....	20
2.3 Das Diretrizes Curriculares Nacionais aos valores Ethos Republicano, a Ética Profissional e a Ética de Convicção e Ética de Responsabilidade.....	25
2.3.1 Conceituando Ética.....	26
2.3.2 Ética Profissional do Administrador Público.....	26
2.3.3 Ethos Republicano e o ensino da Ética na Administração Pública.....	27
2.3.4 Ética de Convicção e Ética de Responsabilidade.....	29
2.4 Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg.....	30
3. METODOLOGIA.....	32
3.1 Teoria de Resposta ao Irem (TRI) e sua utilização.....	34
4. ANÁLISES E RESULTADOS.....	36
4.1 O ímpeto aos valores da Justiça, do Respeito e Ethos Republicano.....	36
4.2 Investigando as falas dos Egressos.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Visto que o conhecimento em Administração Pública é um campo de estudo multidisciplinar, verificou-se através dessa perspectiva a necessidade de conhecer e entender uma área que gerencia e organiza os bens e o patrimônio do governo. Deste modo, apoiando-se na Administração Clássica e suas teorias, foi que Administração Pública juntamente com o Direito Administrativo apareceu como o novo ordenamento do Estado. Assim, dentro de toda essa estrutura, emerge a figura do administrador ou gestor público como agente de transformação e dotado de inúmeras qualidades técnicas e humanas (MEDAUAR,2008).

Considerando as semelhanças e diferenças entre a atuação dos profissionais da Administração Privada e da Administração Pública, em sua essência, as operações do administrador de empresas são mais flexíveis e horizontais, no qual o resultado final de suas ações é o lucro e a sua maximização – obedecendo, então, ao interesse da lógica privada. Em paralelo a isso, o exercício da função do administrador público possui uma dupla natureza – uma mais rígida e burocrática e a outra social, cercada por valores éticos e morais. Portanto, além das qualidades técnicas que os tornam o principal responsável pelo andamento dos processos nas instituições, sendo elementos importantes para o bom funcionamento do Estado, o administrador público, para Penengo (1997), deve possuir um senso irrestrito de humanidade, dotado de valores e princípios éticos para o cuidado da república.

Percebemos dentro da academia, através de estudos e pesquisas, o notório interesse pela educação em valores. Áreas como a pedagogia, sociologia, psicometria – assim como diversas instituições – e a administração pública, de acordo com Tavares (2013), têm se preocupado em fornecer explicações aos novos desafios lançados pela contemporaneidade que revelem e determinem as responsabilidades quanto à formação ética das pessoas. Na administração pública, a formação de profissionais aptos a exercerem suas funções ultrapassou a barreira das habilidades técnicas, obrigatoriamente demandando servidores capazes de coexistirem democraticamente e de partilhar responsabilidades na organização de uma sociedade mais justa e tolerante.

A partir do que foi apresentado e numa adaptação do estudo piloto de Tavares (2013) – no qual constrói uma escala de avaliação em que é possível identificar a presença e a força de aquiescência aos valores morais e nos estudos sociomorais de Kohlberg (1976), precisamente a Teoria de Desenvolvimento Moral – criaremos, com

base nos níveis de perspectiva moral, situações caso, no formato de múltipla escolha, pautadas nos valores da justiça, do respeito e ethos republicano, nas quais serão retratados episódios cotidianos do administrador público, do qual será preciso tomar decisões sejam elas pautadas pela ética ou não. Também, na aplicabilidade das questões, será feito o emprego do procedimento metodológico de avaliação a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que permitirá um melhor exame dos resultados através da calibração dos itens. Portanto, trata-se de uma pesquisa experimental.

Sabendo que a encarnação de valores morais é vista como algo positivo e desejável socialmente, os valores como justiça e respeito – ainda que apresentem funções importantes na carreira do administrador público e no estudo – possuem características universais; logo, são aplicáveis na atuação de outros profissionais, como um advogado, um contador, entre outros. Porém, é na determinação do ethos republicano que Baptista (2017) aponta ser o principal valor ao qual administrador público deve encarnar e que está contido nas DCN's do curso em Administração Pública.

Diante da crescente preocupação com a ética, o problema de nossa pesquisa buscará responder o seguinte questionamento: qual a adesão aos valores morais e ethos republicano dos discentes egressos do curso de administração pública da UFLA?

Partindo disso, o objetivo central da pesquisa será identificar, a partir do questionário aplicado, a absorção aos valores morais – precisamente, o da justiça, do respeito e do ethos republicano e democrático na formação desses discentes enquanto futuros gestores públicos. Ademais, por se tratar de um estudo de caso ao qual será possível uma compreensão acerca dos fenômenos, suscitar um possível debate que permita questionar se a grade curricular do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras, através do ensino, da pesquisa e da extensão, incita em seus discentes a preocupação moral e ética alinhada com os princípios do movimento Campo de Públicas; bem como, compreender como os egressos absorvem os valores frente a atuação profissional.

Embora os esforços em investigar o ensino da ética tenham se desenvolvido bastante dentro da Administração Pública, para Santos (2009), eles ainda são mais presentes em periódicos no plano internacional como a *Teaching Business Ethics* e o *Journal of Business Ethics*, que tratam exclusivamente das discussões em torno da temática. A autora ainda salienta que, no Brasil, os trabalhos que mais se aproximam do tema em questão estão atrelados, sobretudo, à carreira de administrador privado.

Com o argumento de que a ética se dá como uma premissa básica na formação de um administrador público, a presente pesquisa também tem como um de seus propósitos despertar, dentro da academia, a atenção para o assunto através de uma metodologia que consiga medir a adesão a valores morais dos egressos do curso de administração pública, de modo a questionar a produção científica brasileira que, ao longo do tempo, pouco abordou o tema. (HOCAYEN-DA-SILVA, ROSSONI e JÚNIOR, 2008)

Academicamente, o estudo terá como contribuição a apresentação de um instrumento que permita identificar a existência e força de aderência aos valores morais e que poderá ser aplicado em diferentes populações – no caso deste trabalho, um estudo de caso com vinte e um (21) alunos egressos do curso de Administração Pública da UFLA. Igualmente, procura servir de referência a futuras pesquisas que se objetivam estudar a questão de valores morais dentro da Administração Pública.

Além disso, no momento em que vivemos, com o avanço científico e tecnológico que permitiu a construção de uma aldeia hiper conectada, o questionamento sobre o que é certo e o que é errado fez com que fossem estabelecidos padrões morais aceitáveis e padrões morais questionáveis. Desta forma, o trabalho não só apresenta uma justificativa acadêmica, mas também social; na qual a construção de um ser dotado de valores morais – especificamente, a de um administrador público – é indispensável à presença de atributos e capacidades éticas.

Cabe destacar que este trabalho, além desta seção, apresenta outras quatro. A parte subsequente trata-se do Referencial Teórico, que auxiliará num melhor entendimento da exposição teórica realizada previamente. Logo após, será apresentada a metodologia deste estudo para, posteriormente, chegar-se à análise e discussão dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A construção do percurso teórico da pesquisa será dividida em tópicos considerados importantes. No primeiro deles, trataremos o resgate histórico acerca do ensino em Administração Pública no Brasil. O segundo subcapítulo do referencial, em paralelo e como consequência do anterior, será abordado a questão da definição, concepção e consolidação do Campo de Públicas no Brasil, movimento que surgiu conjuntamente com o desenvolvimento e o crescimento do ensino em Administração Pública. No terceiro tópico, o debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais, a questão da Ética, passando pela ética Profissional até chegarmos a Ética da Convicção e Ética de Responsabilidade do Ethos Republicano na formação do administrador público. Por fim, será interpelado a Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg.

2. 1 Concepção e trajetória histórica do conhecimento em Administração Pública no Brasil

Dentro da academia, ainda não se sabe ao certo a real gênese do ensino em Administração Pública no Brasil – embora muitos autores e obras entabulam a partir criação do curso de graduação na EBAP-FGV, em 1952. Porém, constatou-se que os aspectos à volta do ensino em Administração Pública no Brasil, de acordo com Silva (1958), surgem no período do Segundo Império, através do discurso de parlamentares – como o Barão de Bom Retiro e o Barão de Uruguaiana.

Para Coelho e Nicolini(2014), os anos que antecederam a década de 50 e a criação do primeiro curso de Administração Pública no país se classificam em três momentos bem nítidos, relacionados e sucessivos. Estes momentos vão desde as reformas educacionais no Império à materialização da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944; e, posteriormente, a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP).

Num primeiro momento e no centro de discussões sobre a ampliação do ensino comercial e na sistematização dos cursos do Direito no país é que se fez menção pela primeira vez, na segunda metade do século XIX, ao ensino superior em Administração Pública. No entanto, o entendimento sobre o ensino, na época, se identificava com o

curso de bacharel em ciências jurídicas e era visivelmente traçado à ótica jurídica. Coelho e Nicolini (2014) argumentam:

[...] seja pela jurisdicionalização das atividades simples (e residuais) do Estado oligárquico, seja pela sujeição do campo do saber de administração pública ao direito administrativo, perdurou até os anos 1930; assim, os intentos de um curso superior voltado exclusivamente — para a administração (e negócios) do Estado não avançaram. (COELHO e NICOLINI, 2014, p.470).

Com o insucesso das propostas de formação de bacharéis em Administração Pública, advindas desde o segundo reinado – a qual muito se assemelhava ao bacharel em ciências jurídicas – todas as expectativas para a implementação de um curso voltado para a gerência do Estado, conforme Coelho (2006), perduraram até o início dos anos de 1930.

Em um segundo momento, num contexto político institucional datado entre os anos de 1930-1945, conhecido historicamente por Era Vargas e marcado por profundas mudanças e reformas, houve um processo de edificação de um Estado administrativo que se opunha aos moldes do liberalismo econômico presentes na República Velha; mudou-se completamente o centro da economia para o sistema um industrial.

Não obstante, em 1931, no movimento de centralização do poder e na ampliação do espaço de atuação do Estado, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação, na qual regulamenta e organiza o ensino no Brasil, desde a educação básica até o nível superior. No que se refere aos estudos universitários, criou-se o curso superior de Administração e Finanças (SILVA, 1958).

Nesse período, o surgimento de cursos em Administração Pública se encontrava a três décadas de sua regulamentação, mas o que se via era um ensino que efetivava e se estabelecia em nível de capacitação e formação de pessoal; assumindo, conforme Coelho (2006), particularidades estratégicas e instrumentais. Configurando-se como um governo que valorizava a racionalidade administrativa, nesse período surge o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) em São Paulo e o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), difundindo os princípios de administração da escola clássica no país; o primeiro na sistematização industrial e o segundo na máquina governamental (BRANDÃO, 1999; ANDRADE, 1995).

A institucionalização do Dasp representou à época, sobretudo, um significativo processo de propagação do ideal “gerencial e científico” e na primeira moção de modernização do Estado (NICOLINI, 2003). A contar do Dasp, foi criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1944, tendo em vista o desenvolvimento e a formação de pessoal para a administração pública e privada. Ainda assim, é preciso dedicar ao Dasp a virtude de introduzir o ensino em administração pública no Brasil em caráter de treinamento.

Conforme o aparelho do Estado crescia, observava-se uma escassez de pessoal especializado para preencher os cargos de alta e média gerência dentro da administração pública. Assim retratando, de certo modo, um lapso no ensino superior nacional – até aquele momento voltado para a formação de médicos, advogados e engenheiros.

A grande procura por administradores começa a ser solucionada através da criação, em 1941, da Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN), em São Paulo, do qual os recursos para sua fundação foram financiados juntamente a classe empresarial paulista, provocando o entusiasmo, por parte dos empresários, na instrução profissional de pessoal para a indústria e o comércio (NICCOLINI, 2000).

No entanto, tanto o curso da ESAN e os treinamentos do Dasp não conseguiram alcançar requisitos para formação acadêmica, adiante a descaracterização da regulamentação do curso superior em administração pública. Além, é claro, de alguns pressupostos que, em tese, geraram dificuldades para a institucionalização do ensino no Brasil, num período que vai de 1930 até o início dos anos 1950 (COELHO e NICOLINI, 2014).

Tomemos como exemplo, agora, a Era Vargas – em que o foco da administração pública se desvencilhou do direito administrativo, difundindo a projeção desse campo do conhecimento enquanto ciência administrativa colocando as atividades meio do governo. Contudo, mesmo em um contexto altamente reestruturado com grandes reformas, ainda que o campo profissional conseguisse elevar-se com a reforma administrativa e o processo de capacitação, as iniciativas de se organizar o ensino em administração pública em formação acadêmica não prosperaram, durando até meados dos anos quarenta (COELHO, 2006).

Era comum e ampla a preocupação em melhorar a administração pública no país. No entanto, isso só seria possível com a criação de escolas. Um ponto importante na história do ensino em Administração foi o aparecimento da Fundação Getúlio Vargas

(FGV). Criada a partir do DASP, foi fundada em 1944 com o intuito de fomentar um corpo de pessoal especializado na administração pública e privada; tornando-se referência para o fortalecimento de vários cursos no país.

Paralelamente à criação da FGV, notáveis episódios se sucederam: o Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que torna a antiga Faculdade Nacional de Política e Economia, fundada em 1937, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, fecha o infactível curso superior de administração e finanças que resistia desde 1931, e abre os cursos de ciências econômicas e ciências contábeis, assentando as categorias profissionais de economista e contador.

Regularizada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas como escola modelo, desencadearam-se reflexos na Universidade de São Paulo (USP), que instituiu em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA). Apesar de conter a palavra “administrativas” na alcunha da FCEA, o bacharel em administração introduziu-se apenas em 1964. Segundo Toledo e Trevisan (1984, p. 71 *apud* COELHO e NICOLINI, 2013, p.380) “Sendo a USP um estabelecimento de ensino superior oficial, preferiu-se não se implantar na FCEA cursos que graduassem bacharéis para o exercício de uma profissão ainda não regulamentada por lei”. Assim, a FCEA inseria as disciplinas de ciência administrativa oferecidas pelo Instituto de Administração nos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis.

A partir de 1948, num estágio em que principalmente o sistema universitário se afastava dos moldes europeus, a influência norte americana, segundo De Barros (2013), se torna mais forte no ordenamento das instituições brasileiras e na educação em Administração. Num processo de cooperação técnica, acordado pós Segunda Guerra entre Brasil e Estados Unidos com o auxílio das Nações Unidas (ONU), uma comissão da FGV conheceu vários cursos de Administração Pública nas Universidades americanas.

Diante de tais perspectivas, no ano de 1952, nesse processo de intercâmbio de informações, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), atribuído à organização de profissionais especializados em administração pública. Dois anos depois, em São Paulo – o centro financeiro e econômico do país – a própria FGV concebia a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), incumbida de formar profissionais referências nas modernas técnicas de gerência empresarial (ROUANET, 2005).

Neste estágio, novos cursos de Administração apareceram em todo país. Segundo Wood JR e Paula:

A gênese de outras escolas também ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950. Em 1951, nasceu a Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, cuja Escola de Administração se tornaria uma unidade autônoma em 1996. Em 1954, foi criado o Instituto de Administração e Gerência – IAG, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1959, surgiu a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EA – UFBA. (WOOD JR e PAULA, 2004, p. 121).

Essas Universidades instituíram, assim, a partir da década de 1960, a oferta de cursos de Administração. Simultaneamente, desenvolveram a oferta do ensino de pós-graduação, evidenciando a conveniência em formar um corpo docente para o ensino em Administração Pública e de Empresas – tendo em vista equipar o governo e a iniciativa privada de técnicos capacitados, a fim de impulsionarem o desenvolvimento econômico e social.

Fisher (1984) diz que todo o conhecimento científico em administração pública brotou perante a marca do ideal desenvolvimentista. Como completam Caiden e Ceravantes (1982), o ideal desenvolvimentista teve seu início quando países mais ricos contribuíram para que os mais pobres pudessem se desenvolver, principalmente na urgência desses Estados em mudarem suas burocracias para aparatos mais encarregados de mudança social.

Os meados da década 1960 foram importantes na estruturação e crescimento do ensino em Administração no Brasil. Em 09 de setembro de 1965, precisamente no inciso “a” do artigo terceiro da Lei n.º 4.769, há a normatização da profissão de Técnico em Administração, que torna o exercício da profissão exclusivo. Até o ano de 1969, existiam no país 31 instituições de ensino superior – sejam faculdades, fundações ou instituições que implementaram formações acadêmicas (graduação e pós-graduação) ou cursos técnicos voltados para Administração Pública. Desse todo, 75% ofertavam o bacharelado (COELHO, 2006).

Dos avanços dos decênios de 1950 e 1960, os anos que prosseguiram as décadas de 1970 e 1980, no que tange ao ensino de graduação em Administração Pública, foram do topo à contração. No que se refere a esse período, o bacharelado em administração pública teve seu auge ampliando as vagas – o que provocou um crescimento desordenado do

ensino, sem a mínima subordinação a regras de qualidade ou avaliação desempenho (COELHO e NICOLINI, 2013).

Mas a falácia do milagre econômico que se instaurava à época fez com que se ajustassem os currículos da educação; sem obstáculos, o currículo básico da administração pública adotou uma lógica de Administração de empresas, dissolvendo-se do ethos republicano e adotando, então, um caráter de gestão empresarial no “Estado Empresa” – tornando, assim, o ensino de administração pública sinônimo de administração de empresas. Completa Fisher: “uma nova conjuntura determina investimentos prioritários na formação do administrador de empresas. Encerra-se um ciclo em que se considerava que a formação do administrador público era um requisito para o desenvolvimento do país. (FISHER, 1984, p. 284).

Num espaço de tempo que se inicia em 1983 e se fecha no ano 1994, chamado por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) de “3º Ciclo do Ensino em Administração Pública no Brasil (1983- 1994): Da Letargia ao (Re)alento”, foi o período no qual a graduação em Administração Pública foi vista com total desinteresse no país. Somava-se a essa apatia, a forte crise econômica e do Estado.

Nessa fase, precisamente no ano de 1983, encerra-se a graduação em Administração Pública da precursora EBAP/FGV. Assim, seu curso de Mestrado volta-se para o campo de estudos em Políticas Públicas (VENDRAMINI, 2013). Com o fim do regime militar em 1985, nas vias de reestruturar o papel do Estado e devido aos fatos acontecidos, cerca de 1% dos bacharéis formados em Administração no Brasil era de Administração Pública (VENDRAMINI, 2013). Simultaneamente, é criada em 1986 a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para formar profissionais especializados na administração pública e viabilizar formação e a qualificação de quadros de nível superior.

Somente após a promulgação da Constituição de 1988 é que se retomaram as medidas em torno do ensino de graduação em Administração Pública. Com a Lei n. 7.834, de 06 de outubro instituiu-se a Carreira de Especialista em Gestão de Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG); assim como, a criação em 1994 do Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Os anos subsequentes à década de 90, segundo Oliveira e Sauerbronn (1997), pouco tiveram a agregar ao ensino da administração pública; sendo este assunto pouco debatido na Academia nacional, vide a escassez de pesquisas nos principais periódicos

voltados para a área. Somente a partir do ano de 2002 que se criou um cenário propício com diferentes atores no intuito da criação do Campo de Públicas.

A criação do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), no ano de 2005, possibilitou a criação de vários cursos de administração pública no Brasil.

O ano de 2010 é marcado pelo debate em torno do conhecimento em Administração Pública; o Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu uma audiência pública em Brasília para apreciação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Nos anos seguintes – até o ano de 2013, no qual de fato se deu a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso em administração pública – ocorreram diversos acontecimentos que culminaram na consolidação do Campo.

De acordo com Vendramini (2017), ocorreu em Serra Negra - São Paulo, o X Eneap, sediado pela FLCAR-Unesp, da qual a relevância foi a expansão significativa de delegações vindas de diferentes instituições que até então não haviam participado do Eneap; tal como a UFMG, a UFPR e a UFABC. O ano de 2012 foi marcado pela expectativa da homologação das DCN's para o campo de públicas – para tanto, o XI Eneap e o VII Fórum dos Coordenadores e Professores trouxeram uma inovação na dinâmica dos encontros, o que permitiu que os diversos atores participantes se relacionassem de modo a discutir os gargalos e as estratégias de desenvolvimento do país, amadurecendo ainda mais o Campo.

O quadro a seguir, de autoria de Mezzomo Keinert (1994), mostra a evolução do conhecimento em administração pública no Brasil no período entre 1900 e 1992:

Quadro 1 - Períodos Paradigmáticos do Ensino de Administração Pública no Brasil

Períodos	Contexto Institucional	Paradigmas	Fases	Características do Campo de AP
1900-29	Estado Regulador Liberal	Administração Pública como Ciência Jurídica	-	Legalismo
1930-79	1. Estado Administrativo 2. Administração para o Desenvolvimento 3. Estado Intervencionista	Administração Pública como Ciência Administrativa	1930-45 1946-64 1965-79	- Racionalização - Desenvolvimentismo - Racionalidade e Competência Técnica

1980-89	Mobilização Social	Administração Pública como Ciência Política	-	- Democratização - Conflito de interesses - Recursos escassos
1990-2018	Redefinição do papel do Estado	Administração Pública como Adm. Pública	-	Capacidade política aliada a competência técnica

Fonte: Transcrito de Mezzomo Keinert, 1994.

2.2 Campo de Públicas no Brasil: da definição ao lampejo e consolidação

Este segundo subcapítulo do referencial teórico tem por finalidade discutir sobre a definição, concepção e consolidação do Campo de Públicas no Brasil – movimento que surgiu conjuntamente com o desenvolvimento e o crescimento do ensino em Administração Pública. Para Bourdieu (1976), o campo é continuamente campo de batalhas, no qual os agentes sociais encontram-se ordenados sobre distintas posições em que, cada um com seus artifícios, tentam dominar o campo ou conquistar seus requeridos troféus.

Torna-se complicado delinear o Campo de Públicas – a não ser num estado provisório em constante movimento. Isso devido ao fato de se tratar de compreender um grupo de atores dos quais a identidade ainda está em construção, iniciando-se num processo histórico sobre esforços político-acadêmicos, no sentido de se distinguir objetos e objetivos de cursos de graduação aplicados à gestão pública daqueles orientados para a administração de empresas. Numa interpretação Kuhniana, o Campo de Pública se caracterizaria como uma comunidade científica “definida como unidade organizacional para analisar a forma como determinado grupo de estudiosos se identifica, se organiza, compartilha referenciais e interage com atores externos ao mundo acadêmico” (KEINERT, 2014, p. 169).

Assim entendido, fica a alcunha “Campo de Públicas” mais familiar, diminuindo o embaraço frente a uma expressão que, até então, soava confusa e improcedente. Desse modo, “Campo de Públicas” é um termo empregue por estudantes, pesquisadores, professores e coordenadores dos diversos cursos do Campo nas universidades brasileiras – com o intuito de denominar, basicamente, uma área multidisciplinar do ensino e pesquisa na esfera das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

No rearranjo da esfera pública ante a crise econômica que se arrastou pela década de 1980, tais como as mudanças da figura do Estado no Brasil nos últimos 25 anos,

também ocorreram modificações claras na formação acadêmica e profissional para o âmbito público do País; bem como, a expansão na oferta de cursos superiores em território nacional na grande área de gestão pública a datar da década de 2000.

Os atores desse Campo se uniram e se estruturaram intensamente no decorrer dos últimos anos. Como será descrito aqui, inúmeras foram as conjunções do Campo de Públicas que podem fazer-se compreendidas como paradigmas emergentes. Para entender o início e o desenvolvimento do Campo de Públicas – tal como a sua definição – é importante considerar duas perspectivas. Sendo que a primeira se refere à atuação dos atores do Campo de Pública face aos diferentes estágios que marcaram o cenário acadêmico entre os anos de 2002 a 2014; e a segunda, na qual as movimentações mais recentes acerca da autonomia dos cursos de graduação do Campo de Públicas levaram a sua consolidação, bem como a instituição das DCN's como reconhecimento aos cursos da área.

Em um contexto completamente novo, cercado pela expansão de políticas públicas num cenário de Estado Rede e no alargamento dos canais de democracia – percurso de tempo que se inicia em 2002 e vai até dezembro de 2013 – o Campo de Públicas é marcado por grandes mudanças.

Num primeiro estágio, destacado pela organização da identidade própria, Pires (2014) nos relata que a dependência em relação à Administração geral começa a ser indagada quando os pressupostos gerais da Administração de empresas são taxados como desajustadas em relação aos interesses da pública como área de ensino.

No ano de 2002, dois eventos iniciais tiveram significativa importância no horizonte do Campo de Públicas: o II Encontro Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração e o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública, o Eneap. Segundo Pires (2014), o primeiro dos encontros aconteceu em 13 de junho de 2002 na cidade de Brasília, em que participaram do evento mais de 300 coordenadores de cursos de Administração, mas apenas um coordenador era exclusivamente de Administração Pública – sendo da Unesp. O encontro teve como objetivo discutir o texto introdutório das diretrizes curriculares em Bacharelado em Administração. Na assembleia final do evento, o coordenador do Curso de Administração Pública da Unesp expôs seu desacordo quanto à proposta assumida pelo CFA (Conselho Federal de Administração) e pela Angrad, que mantinham e equiparavam os Cursos de Administração Pública à esfera de Administração de Empresas.

Já o I Eneap, segundo evento, até então marcante na estruturação do Campo de Públicas, foi realizado em Araraquara-SP e organizado pela CFA/Angrad. O evento contou com o apoio do Centro Acadêmico de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp de Araraquara, junto com Centro Acadêmico de Administração Pública da FGV-SP – reunindo por volta de 150 estudantes, além de outros convidados. Essas duas iniciativas representaram movimentos iniciais na valorização e concretização do Campo de Públicas (VENDRAMINI, 2017).

Outro ponto crítico nesse processo, segundo Pires (2014), foi a normativa apresentada pela coordenadora de curso de Administração Pública da FGV-SP, num congresso em 2005, da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 a qual firmava que o exercício da profissão do então Técnico de Administração era privativa dos “bacharéis em administração pública ou de empresas”. A partir disso, o CFA e a Angrad, no mesmo ano, emitiram um Comunicado Nacional reconhecendo a existência, exclusivamente, das denominações de “Curso de Administração” e de “Curso de Administração Pública”.

Um segundo momento significativo do Campo de Públicas, iniciado no ano de 2006, reconheceu e legitimou, no mesmo ano, ao ser publicado no Diário Oficial da União, o despacho do Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior (Desup) MEC, diferenciando o Bacharelado em Administração do Bacharelado em Administração Pública. Para Vendramini (2017), o acontecido representou um marco que traria base institucional ao advento de novos cursos de Administração Pública, no qual a Esag-Udesc torna-se o primeiro curso nesse processo. Em acréscimo, num ambiente favorável, vemos a criação de bacharelados na área de públicas livres das DCNs; sendo que a primeira iniciativa surgiu em 2005 com o curso Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP.

O Campo de Públicas foi, assim, sendo moldado em torno dos Eneaps, apoiado pelos Fóruns de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas (FP3CP) (PIRES, 2014). A partir do primeiro, foram realizados encontros anuais, com um número cada vez maior de participantes. Conforme Vendramini (2017), o segundo Eneap aconteceu em 2003, em São Paulo, na FGV-SP; no ano 2004, aconteceu em Belo Horizonte, organizado pela EG-FJP/MG; em 2005, em Santo André, organizado pela graduação tecnológica em Gestão Pública do Centro Universitário de Santo André; em 2006, regressou à FCL-Unesp em Araraquara.

A sexta edição do Eneap, em 2007, sediada pela Esag-Udesc, marcou profundamente o movimento – considerado por muitos como o início simbólico do Campo de Públicas. Dois acontecimentos históricos, para Vendramini (2017), marcaram a edição –

sendo que o primeiro deu corpo à dinâmica estudantil com a criação da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP). A entidade é a autoridade maior de representação dos discentes de nível superior do Campo de Públicas do Brasil. A federação tem como objetivo refletir, articular, incentivar e levar à tona os interesses e aspirações dos estudantes do Campo. Além da Feneap, outro espaço para legitimar os debates dos docentes quanto ao Campo de Públicas foi a criação Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Administração Pública (FP3CP). O fórum foi concebido para se pensar, produzir referências e aproximar o campo do setor público. A contar dessa edição e com uma nova nomenclatura, a FP3CP começou a fazer parte da programação do Eneap.

O nono encontro foi realizado mais uma vez na Esag-Udesc, em Balneário Camboriú, e veio a centrar a ideia de que os cursos do Campo de Públicas demandavam de diretrizes próprias na formação de profissionais voltados para o setor público. O relatório final do evento serviu de elemento incentivador para a difusão do movimento juntamente às instâncias reguladoras da Educação Superior, como o CNE e o MEC.

Nos anos subsequentes, foram realizados o X e XI Eneap, mais precisamente, em Serra-Negra (SP) pela FCL-Unesp e em Florianópolis pela Esag-Udesc. O Eneap de 2013 foi sediado em Caeté (MG) e realizado pela EG-FJP/MG. No decorrer desses Eneaps, o FP3CP foi adquirindo cada vez mais relevância com suas pautas fixadas em dois pontos temáticos: na mobilização de novos atores e na construção de uma agenda unificadora (VENDRAMINI, 2013).

O primeiro foi na associação de novos atores, que refletia a tentativa de mapeamento dos cursos da área e identificação dos seus representantes, preferivelmente coordenadores. Um conjunto de iniciativas para o fortalecimento interno do Campo de Públicas, transformando em um movimento nacional com visibilidade e reconhecimento. O segundo tópico se pautou na construção de uma agenda única dos diferentes fazeres em torno do ethos republicano – comum aos cursos que passariam a compor o campo.

A chegada da década de 2010 marcou o período de crescimento e consolidação do Campo de Públicas e também a terceira fase do movimento – a forte agitação em torno da aprovação das DCNs se arrastou no período entre 2010 e 2013 e quase culminou no declínio do movimento devido a pressões externas.

Diante do movimento que se voltava para a aprovação das diretrizes, de acordo com Pires (2014), uma força contrária foi exercida pelo Conselho Federal de Administração CFA e pela Angrad, que pressionaram o Conselho Nacional de Educação

para que o processo das DCNs fosse rejeitado. Se referindo a uma entidade alheia ao campo da educação, foi a primeira vez na história do Conselho Nacional de Educação-CNE que um órgão de regulação profissional, no caso o CFA, requereu um recurso e tentou intervir em um processo decisório exclusivamente de formação acadêmica.

Dentre os avanços do Campo, a construção de uma rede virtual foi um passo catalisador da concentração dos atores. A rede virtual do Campo de Públicas teve início com a criação de uma mailing-list (campo-publicas@googlegroups.com), em 2010, com intuito de deliberar as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Administração Pública.

A mailing-list funcionava como um relevante canal de comunicação; com isso, foi criada a mailing-list da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (feneap@googlegroups.com), formada por estudantes do Campo. Adiante, outros instrumentos de interação virtual foram criados, tal como o blog Campo de Públicas – que auxilia na troca de informações, fórum de notícias e um canal comunicação para os atores do campo.

Para Pires et al. (2014) os eventos organizados representaram um fortalecimento do Campo – dentre eles estão o EnANPADs e os EnAPGs. Nesse cenário também temos a Ancpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação, evento pioneiro que reuniu os intelectuais em pesquisas sociais, e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs), promovido pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS). A Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), criada em 2013, marca um espaço voltado para a pós-graduação e a pesquisa. Com isso, a SBAP busca um maior reconhecimento da Administração Pública e a criação de uma área na Capes de Administração/Gestão/Políticas Pública (s).

Outro movimento importante do Campo foi também a criação da ANEPCP – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, que aprofundou e disseminou os conhecimentos relativos ao campo, tendo em vista a consolidação e a materialização enquanto comunidade científica.

Após quase quatro anos de intensos debates, o quarto estágio de movimentação – o qual se inicia no final de 2013 e início de 2014 – abre um novo caminho no Campo de Públicas, com factual consolidação do campo como pesquisa e ensino no sistema de graduação. No final, o recurso foi arquivado em outubro de 2013. A decisão resultou na oficialização do reconhecimento do Campo de Públicas como uma área de conhecimento

autônoma e diferenciada. O próximo passo desse reconhecimento seria a homologação do texto das DCNs pelo Ministro da Educação, no dia 19 de dezembro de 2013.

Depois de tantas ameaças ao futuro de um movimento que buscava autonomia e o reconhecimento próprio, em 13 de janeiro de 2014, o Centro Nacional de Educação (CNE) – por via da Câmara de Educação Superior (CES) – instituiu pela Resolução Nº 1, as DCNs de Administração Pública, abrangendo os cursos do Campo de Públicas. O Quadro 2, logo abaixo, de forma básica, resume como o movimento do “Campo Públicas” se comportou nos últimos anos.

Quadro 2 – Estágios do Campo de Públicas

ESTÁGIO	PARTICULARIDADE
Primeiro Estágio (2002/2005)	Asserção das diferenças e valorização da identidade própria.
Segundo Estágio (2006/2009)	Início do Campo de Públicas.
Terceiro Estágio (2010/2013)	Progresso do Campo e a tensão ao possível declínio.
Quarto Estágio (2013)	Começo da consolidação do Campo e reconhecimento e educacional.

Fonte: Adaptado de Keinert (2014).

2.3 Das Diretrizes Curriculares Nacionais aos valores Ethos Republicano, a Ética Profissional e a Ética de Convicção e Ética de Responsabilidade

Externando um esforço que perdurou por mais de 12 anos – em 2014, o Ministério da Educação, por meio da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, instituiu a Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que tratava das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Administração Pública como campo multidisciplinar do conhecimento.

Embora o texto da DCN tenha sido aprovado no início 2014, carecemos de lembrar que o projeto pedagógico do curso em Administração Pública da Universidade

Federal de Lavras foi aprovado em 2012 pela Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Público – ou seja, o PPCAC antecede às DCNs.

Assim, sendo o Campo de Públicas consolidado e reconhecido como espaço da comunidade acadêmica que integra seus diversos atores com sua própria identidade, tendo como ápice a aprovação das DCN, fica claro que a formação do perfil profissional do administrador público preza, agora, por ações éticas no trato da coisa pública. O teor da Resolução CNE/CES nº 1 (13 de janeiro de 2014) em que foi instituído as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, deixa claro que o bacharelado da área: “compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública...”

2.3.1 Conceituando Ética

Fundamento da ação humana, a Ética é um campo da filosofia aplicado às questões morais, além de objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Sócrates e Aristóteles, antigos filósofos gregos, foram os primeiros pensadores que buscaram compreender a Ética como norma da sociedade, como conduta das pessoas e o que as faz optar entre o bem e o mal.

Associada aos valores e condutas que definem a atitude humana com o espaço em que convive, conforme Aurélio Ferreira (2005, p. 383), podemos entender a ética como “o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal”. Bem como, “conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.” (FERREIRA, 2005, p. 383)

Já Valls (2000) apresenta uma descrição mais ampla acerca de ética, na qual a compreende como hábitos e ações aceitas em certo espaço de tempo e em certo local, em consoante com os costumes vigentes, no tempo em que ainda são apontados como morais pela massa da sociedade, deixando nítida a condição situacional da ética.

2.3.2 Ética profissional do Administrador Público

Toda prática profissional – desde as mais simples, como a de operários numa fábrica, até ao mais alto cargo de direção em uma grande multinacional – não está isenta de

uma reflexão ética. No enalço de nossa coletividade, até mesmo as ocupações que não possuem um código de ética com regras e condutas precisas e escritas, existe uma ética que se aplica ao exercício da sua ocupação.

A formação e capacidade teórica-técnico de um profissional não quer dizer que ele executa um excelente desempenho profissional – mas de acordo com Contreras (2002), uma eficiente formação pessoal desenvolve possibilidades de respeitar e ajudar a construir o homem, a integridade humana, a cidadania e a satisfação dos quais nos relacionamos profissionalmente e que, de certo modo, são vítimas de nossas ações – isto é, retrata compromisso ético.

Ainda de acordo com Carneiro (2014), em um território em que a efígie do Estado sempre foi grande, autoritária e centralizadora, a clareza do processo decisório é componente crítico para garantir um grau satisfatório do exercício da ética. Diante dessa conjuntura iniciada basicamente a partir da década de 1990, a Administração Pública Federal Brasileira, envolta em um contexto econômico-político relativamente novo, solicitava a ascensão da ética, da transparência e da boa governança como premissas indispensáveis para a garantia de credibilidade das instituições públicas. A temática da ética começou a ser abordada formalmente pelo Governo por intermédio de ações normativas e executivas, conduzidas, sobretudo pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República (PEREIRA, 2014).

Diante do exposto, o arcabouço jurídico brasileiro, de acordo com Carneiro (2014), evidencia a presença de um agrupamento generoso de normas de caráter substantivo (Código Penal, Lei da Improbidade) e de normas processuais incompreensíveis ou simplesmente ineficazes. Dentre tais normas, o decreto Nº 1.171 de 22 de junho de 1994 da Presidência da República aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal como o principal manual de conduta ética dos servidores públicos – embora seja de competência da administração federal, serve como norte para pertinentes estatutos do funcionalismo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No tocante a atuação profissional do Administrador Público enquanto carreira, ainda não existe, especificamente, um Código de Ética que os oriente. Mas existe o Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA), o qual foi aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 353 de 9 de abril de 2008, que é o guia orientador de comportamento ético do Administrador.

2.3.3 Ethos Republicano e o ensino da Ética na Administração Pública

É notório o entendimento dentro do Campo de Públicas de ações voltadas para o interesse público, assegurado pelo Estado, pelas entidades da sociedade civil ou por meio da atuação eficaz dos cidadãos. Nas palavras de Salm e Menegasso “a administração pública é um conjunto de conhecimentos e de estratégias em ação para prover os serviços públicos – bem comum” (SALM e MENEGASSO, p.103, 2012). Ou seja, a administração pública está assentada na governança pública e na produção do bem público.

Diante do fato que o entendimento em Administração Pública tem como preceito a principalidade pelo interesse público e de acordo com o artigo 2º da Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos em graduação em Administração Pública – fica claro que:

“Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública: I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado...” (BRASIL, 2013).

Por conseguinte, os cursos de graduação em Administração Pública das instituições de ensino superior devem formar administradores públicos capazes de possuírem princípios éticos e valores voltados para a sua atuação profissional, na tarefa de cuidar das instituições e no amparo dos interesses públicos e democráticos – assim como, desenvolver o Ethos Republicano. Sendo assim, precisaremos entender um pouco mais sobre o ensino da ética na administração pública e de que modo o ensino desenvolve nos discentes o Ethos Republicano, contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso.

Com base nas pesquisas acerca dos cursos de Administração Pública e ética nos Estados Unidos, a pesquisadora Hejka-Ekins (1988), conforme citado por Santos-Lais (2017), conclui que estritamente o ensino da ética nas graduações em Administração Pública tem como intuito aprimorar a capacidade de julgamento moral dos alunos. Dessa forma, os professores que lecionam as disciplinas no âmbito da ética, instruem os alunos aos padrões éticos do ethos burocrático e do ethos democrático, os princípios morais e uma cautela diante das possíveis consequências em relação à tomada de decisões éticas.

Por tanto, percebemos a real importância da educação em ética, que deve proporcionar não só aos discentes, mas também aos egressos do curso em Administração

Pública, a capacidade de encarar na prática, enquanto gestores públicos, uma infinidade de situações que demandam reflexões éticas – as quais ultrapassam os princípios dos códigos de ética.

Logo, estando vinculado formalmente a uma disciplina ou não, o curso – assim como todos os professores, seja de qual área forem – são encarregados pela construção ética do aluno no que se relaciona a sua formação. Hejka-Ekins (1998) aponta que o ensino de ética deve percorrer por todo o curso, podendo ser intrínseco ao debate de diversas outras disciplinas e atividades curriculares e extracurriculares. Isso pode, sem dúvida, auxiliar no desenvolvimento das competências éticas, visto que auxilia a interiorizar os valores, fazendo dialogar com os pensamentos ofertados pelas várias disciplinas.

Posto isso, é a partir da oferta do ensino da ética – seja no campo teórico ou prático – que, empiricamente, o aluno em administração pública desenvolve internamente o Ethos Republicano como elemento essencial de sua formação e o coloca em prática em seu cotidiano.

O termo “República” diz respeito, hoje, a uma forma de governo no qual o Chefe de Estado, seja ele presidente ou primeiro ministro, é escolhido pelos próprios cidadãos ou por um conselho o qual os representa, para realizar suas obrigações num determinado período de tempo. Para Lafer (1989), a palavra “república” possui mais de um significado admissível – sendo, na sua acepção mais geral, sinônimo de comunidade política organizada; tendo como semelhante a palavra grega “politeia” – antigas cidades-estado (pólis) – que dispunham de uma assembleia de cidadãos, de modo a articular seu processo político. Lafer ainda completa:

Na terminologia das línguas neolatinas, corresponde, grosso modo, ao atual conceito de Estado, de uso corrente a partir de Maquiavel que, semanticamente, transformou a situação - o status (de onde provém a palavra estado) rei publicae, em condição de uma comunidade política, assinalada pelos requisitos da existência de um povo, de um governo e de um território. (LAFER, p.214, 1989)

Apresentado, aqui, o conceito de República, percebemos que é nela que o Ethos Republicano ganha campo e encontra práxis. De forma geral, o Ethos Republicano é o comportamento puramente republicano para denominar as ações dos administradores públicos como parâmetro de boas ações presumivelmente isonômicas – isto é, incluso a um modelo de pressuposta igualdade, isenção e maneiras éticas em respeito da lei. Dessa

maneira, a prática republicana se converteu em sinônimo de conserto dos atos de agentes estatais em pressuposto benefício de todos.

2.3.4 Ética de Convicção e Ética de Responsabilidade

A atenção em torno da ética se reproduz no demasiado incômodo que a sociedade tem em relação a lógica da racionalidade instrumental que condiciona os seres humanos a meros objetos manipuláveis (Enriquez, 1997).

Assim sendo, as organizações têm se preocupado em incorporar a temática da ética no interior de suas estruturas. Na Administração Pública, em especial através da figura do gestor público, o entendimento em relação as condutas morais e éticas está atrelado a dois extremos diferentes. De um lado, as que se referem a condutas individuais, cometidas livremente dos resultados a serem atingidos, intitulada como Ética de Convicção, tal como, as deliberações e medidas que são tomadas pelo administrador público para a satisfação da coletividade - mesmo que vá contra as crenças individuais -designada ética de Responsabilidade.

Ainda que pareçam distintas, para Da Costa (2009) uma ética não desconsidera a outra, assim, a ética da responsabilidade não representa a falta de convicção e a ética de convicção não se afasta a responsabilidade.

A ética da convicção é compreendida em consonância aos valores absolutos, onde os seres que se acordam com esse modelo de ética, veem os problemas das consequências como pouco significativo, Da Costa (2009).Para tanto, a ética da convicção se preocupa simplesmente pela finalidade do ato, onde os meios são oportunos quando possibilitam atingir o fim almejado.

Logo a ética da responsabilidade: “além de se guiar pela lógica “meios-fios”, funda-se na ideia de que as consequências das ações devem ser atribuídas aos seus agentes” (DA COSTA, p.25, 2009). Ou seja, a ética de responsabilidade prescreve um comportamento de concordância a normas prescritas juridicamente ou socialmente em que possíveis ações, resultam em futuras consequências.

2.4 Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg

Desde o fim dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, o tema Psicologia da Moralidade é um campo que vem ganhando muita força no meio acadêmico. Sejam por razões sociais, políticas ou científicas, vemos um intenso interesse pela questão da Educação Moral e em valores. Para Bataglia, Morais e Lepre (2010), estudos e pesquisas acerca da moral avançaram consideravelmente a partir das contribuições teóricas de Lawrence Kohlberg (1927- 1987).

As análises de Kohlberg (1976) fazem parte das teorias cognitivo-evolutivas, da mesma forma que as de Piaget – e têm como essência a hipótese da qual o desenvolvimento admite transformações básicas das estruturas cognitivas e que, “enquanto totalidades organizadas em um sistema de relações, as quais conduzem a formas superiores de equilíbrio, resultantes de processos de interação entre o organismo e o meio” (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010, p. 26).

Assim, Kohlberg (1976) elabora a teoria dos estágios, pautados na postura cognitivo- evolutiva, em que os níveis de raciocínio moral fundem-se tanto pelo desenvolvimento cognitivo como pelo avanço da perspectiva social; isto é, do modo como as pessoas enxergam as outras, como encarnam seus pensamentos e sentimentos e imaginam a função e o lugar que ocupam em sociedade. Em sua teoria, Kohlberg compara três níveis de julgamento moral relacionado a três níveis de perspectiva social: numa perspectiva individual (nível pré-convencional); em uma perspectiva em que preocupa com seus pares e como um membro da sociedade (nível convencional); e numa perspectiva para além da sociedade voltado para princípios éticos universais (nível pós-convencional). O Quadro 3 exemplifica melhor como se comporta essa relação:

Quadro 3 – Estágio de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (Kohlberg, 1976).

Níveis	Estágios
<p>Nível Pré-Convencional</p> <p>Pautado em necessidades individuais e egocêntricas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direcionado pela subordinação e punição. 2. Inclinação ignorante e egoísta.

Nível Convencional Baseado na conformidade social	<ol style="list-style-type: none">1. Propensão a condutas do tipo “bom menino”.2. Manutenção da autoridade e do correto sistema social.
Nível Pós-Convencional Moral por princípios universalizantes	<ol style="list-style-type: none">1. Orientação para os primeiros direitos, contrato social.2. Interesses pela consciência lógica, princípios universais.

Fonte: Teoria do Desenvolvimento Moral, Kohlberg (1976).

Com todo o exposto e aporte teórico apresentados até aqui, ficará mais fácil darmos um passo à frente em direção à construção da metodologia.

3 METODOLOGIA

Segundo Tavares (2013), a preocupação em formar indivíduos compromissados com a ética, aptos a coexistirem democraticamente de modo a partilhar responsabilidades na estruturação de uma comunidade mais justa e tolerante se tornou obsessão de diferentes instituições – sejam elas públicas ou privadas.

Diante dessa preocupação, a objetivação geral de nossa pesquisa será – a partir dos questionários aplicados – medir o ímpeto e adesão dos valores morais e o Ethos Republicano na formação do discente egresso do curso de Administração Pública da UFLA; assim como, discutir se a atual grade curricular do curso incita no aluno a preocupação quanto a moral e ética enquanto futuros gestores públicos; além disso, compreender como os egressos absorvem os valores morais frente ao mercado de trabalho.

As hipóteses construídas ao longo do planejamento da pesquisa permitiram eleger os egressos enquanto população do estudo pelo fato de fornecerem, de modo mais concreto, o que de fato é ser um Administrador Público. Além da maturidade adquirida ao longo da graduação – visto que passaram por todas as disciplinas e metodologias, possuem a bagagem teórica necessária para responderem os questionamentos. Ademais, a aproximação com o mercado de trabalho irá permitir que avistemos o papel têm esses egressos enquanto futuros gestores públicos.

A princípio, os procedimentos metodológicos empregados neste trabalho são baseados na abordagem qualitativa, em que os dados coletados terão como finalidade medir a adesão dos valores morais e o Ethos Republicano na formação dos discentes egressos do curso de Administração Pública da UFLA. Configura-se como particularidade da pesquisa qualitativa um contato mais extenso e profundo com o objeto de estudo, no qual se procura uma oportunidade de conhecer a fundo a realidade vivenciada e os desafios práticos que se impõem a eles. Zanella (2009) argumenta:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise de dados, por isso não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural (ZANELLA, 2009, p. 75/76).

Com o propósito de obter informações acerca da absorção de valores morais, usaremos como técnica de investigação o questionário com perguntas abertas e fechadas, o qual será composto por um conjunto de questões que possibilitará a compreensão dos dados solicitados, a fim de retratar as características da população pesquisada. De acordo com Gil (2008), a elaboração de um questionário visto como um procedimento técnico carece de uma série de cuidados, os quais: a confirmação de sua efetividade para constatação dos objetivos, a temática, o número e a organização das questões e das alternativas.

Quanto aos meios, nosso estudo será uma Pesquisa Experimental, em que as validades dos dados obtidos serão coletadas a partir de uma amostra não probabilística – a qual consiste em um tipo de amostragem que, em partes, depende do julgamento do pesquisador na escolha dos elementos da população para compor a amostra. (MATTAR, 2001).

Como estratégia de pesquisa, será realizada um estudo de caso com o intuito de compreender os questionamentos acerca da pesquisa. Para Santos (2011), o emprego desse método apresenta algumas insuficiências quanto a sua utilização, sendo elas: a generalização, o rigor e o tempo excessivo. Desse modo, a figura do pesquisador possui grande relevância, ao evitar as generalizações e na busca pela precisão científica no tratamento da questão.

Para elaboração do questionário a ser aplicado aos alunos egressos em nossa pesquisa, adaptaremos e teremos como referência um estudo de Tavares (2013), que constrói uma escala de avaliação em valores na qual é possível identificar a presença dos valores morais. Para o nosso exame, os valores a serem trabalhados foram: a justiça, o respeito e o ethos republicano e democrático. Esses valores foram concebidos, de formas gerais, através de dispositivos legais e normativos que direta ou indiretamente regulam a conduta dos administradores públicos – como as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e os cinco princípios que regem a Administração Pública.

A partir da “Teoria de Kohlberg” – criou-se situações/questões no formato de múltipla escolha em que foram retratados, de forma hipotética, episódios cotidianos da atuação de um administrador público. O foco se dá apenas nos três níveis kohlbergianos de perspectiva social, descartando os estágios de raciocínio. Desse modo, foi elaborada uma alternativa para cada nível da teoria: Pré-Convencional, Convencional e Pós-Convencional

– em que se estabeleceu três alternativas favoráveis ao valor em questão (Pró valor P1; P2 e P3); além disso, ficou determinado que seriam elaboradas duas alternativas contrárias ao valor, representando aversão ao valor (Contra valor C1 e C2). É válido ressaltar que para a elaboração das situações/questões foi criada uma matriz de referência que expõe o entendimento do pesquisador sobre cada um dos valores e seu respectivo contra valor.

Definido os valores a serem analisados através das situações/questões, optou-se pela aplicação do TRI (Teoria de Resposta ao Item) na elaboração de uma ferramenta de avaliação a qual fosse possível produzir uma escala de medida que consiga aferir a presença e absorção dos valores em pessoas de uma mesma população. O TRI tem como grande vantagem ser um instrumento dinâmico com pouco risco de desgastes pela sua utilização.

Com a finalidade de aprimorar a discussão, também foi concebido junto às situações/questões do questionário perguntas abertas que trazem à pesquisa informações novas e atípicas. Ao todo, foram aplicados 21 questionários aos estudantes egressos do curso de Administração Pública da UFLA, cuja análise e discussão dos dados veremos no tópico a seguir.

Para chegarmos ao objetivo proposto por nosso trabalho, será necessário explicar resumidamente a definição de Teoria de Resposta ao Item (TRI) e o motivo de sua utilização.

3.1 Teoria de Resposta ao Item (TRI) e sua utilização

Segundo Soares (2009), nas áreas de ciências sociais, ciências humanas e ciências da saúde tornaram-se frequente o entusiasmo em determinar certos constructos teóricos que se exprimem por serem variáveis latentes (não diretamente observadas) – a título de exemplo, a satisfação com a política, habilidade cognitiva de um estudante em matemática, a resiliência. Assim, com vasta aplicabilidade, a Teoria de Resposta ao Item (TRI) é uma área da Teoria da Medida, orientada basicamente para estudo de questionários e lista de itens, da qual pode ser aplicada em uma infinidade de áreas – como Sociologia, pedagogia, econometria, psicometria, entre outras.

Embora a TRI tenha sido empreendida aos poucos a partir da década de 1950, suas origens recuam precisamente para a década anterior, tendo como precursoras as contribuições teóricas de Richardson (1936); Lawley (1943); Tucker (1946) e Lazarsfeld (1950). Contudo, Pasquali e Primi (2003) apontam que o responsável direto pela origem

da TRI moderna foi Frederic Lord (1953), que elaborou não somente um modelo teórico, mas métodos que aferissem os parâmetros dos itens dentro da nova teoria.

Araújo (2009) enfatiza que a TRI foi criada basicamente para corrigir as deficiências que a Teoria Clássica de Medidas expõe. Ainda que tenha muita utilidade, a Teoria Clássica, segundo diversos autores, se limita por ser um instrumento de medida do qual é totalmente dependente das características dos examinados que se sujeitam a responder ao teste ou questionário. Araújo (2009) completa que a TRI “surgiu como uma forma de considerar cada item particularmente, sem relevar os escores totais; portanto, as conclusões não dependem exclusivamente do teste ou questionário, mas de cada item que o compõe.” (ARAUJO, 2009, p. 102).

Apesar de a teoria possuir mais de 60 anos, apenas nos últimos 30 anos é que a Teoria da Resposta ao Item (TRI) está sendo gradativamente inserida no meio acadêmico como uma poderosa ferramenta de avaliação – que permite, além do mais, a construção de escalas de habilidades calibradas. (DE ANDRADE, TAVARES e DA CUNHA VALLE, 2000).

A aplicação do TRI como ferramenta de avaliação em nosso trabalho reflete na expectativa de estabelecermos uma escala de medida que possa aferir a existência e o ímpeto de adesão aos valores da população de estudantes egressos do curso; da mesma forma, elaborar um modelo que possibilite uma possível aplicação em grande escala segundo os itens de múltipla escolha. Outro motivo para justificar a escolha do TRI é a viabilidade em utilizar um modelo que não se constitui em elementos dicotômicos, já que o item por nós planejado apresenta cinco possibilidades de respostas que estão entre níveis de desenvolvimento moral.

Ainda assim, a aplicabilidade do TRI em nosso trabalho, ou em qualquer outro estudo, merece todo cuidado. Da Cunha Valle (2000) aponta como ressalvas: a complexidade dos métodos envolvidos; além disso, o uso da teoria requer, indispensavelmente, o envolvimento do pesquisador e um conhecimento básico em estatística.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

A partir das respostas dos 21 participantes da pesquisa, que é a parcela da população amostral do estudo, verificou-se primeiramente a posição de frequência das alternativas de cada uma das seis situações questões da parte fechada do questionário.

Sabe-se previamente que grande parte dos entrevistados marcou a alternativa referente ao maior pró-valor – P3 (Nível Pós-Convencional) o que aparenta dizer que os participantes têm valores necessários encarnados em sua formação – o que os permite fazer a escolha mais racional diante das situações.

Além do mais, em todas as seis situações apresentadas foi observado que apenas uma escolha foi feita em relação às alternativas referentes aos contra valores (C1 e C2), fomentando evidências de que, ao responderem, os egressos conseguem identificar com maior clareza que as referidas alternativas representam situações contrárias ao comportamento ético convencional.

Cada um dos valores investigados (justiça e respeito), assim como ethos republicano, foi apreciado individualmente, visto que cada deles possui uma perspectiva específica no quadro de valores que representa a figura do homem. Cabe destacar que essa pesquisa é um pré-teste, ainda em fase de construção – o que torna complicado, neste momento, estabelecer a criação de uma escala de valores para medir com exatidão o ímpeto individual de adesão de tais valores.

Logo em seguida, de modo a complementar a análise de nossa pesquisa, serão observadas as respostas dadas às perguntas abertas pelos estudantes egressos, com o intuito de maturar a compreensão acerca da adesão aos valores morais e ethos republicano.

4.1 O ímpeto aos valores da Justiça, do Respeito e Ethos Republicano

Na primeira parte do questionário, foram aplicadas seis questões com situações casos em que apareceram os valores da Justiça, do Respeito e o Ethos Republicano – dos quais, com o auxílio do TRI e da Teoria do Desenvolvimento Moral de Kolberhg, foi possível incitar algumas considerações importantes para o trabalho.

O primeiro valor a ser trabalhado na aplicação do questionário foi o da Justiça, considerado por muitos um valor indispensável da natureza humana. Embora seja confundido com o Direito, existe uma estreita relação com o mesmo e nas palavras de Hoffe(2003): “Refere-se, numa primeira aproximação, tanto, em sentido objetivo, à justiça do direito, em termos de conteúdo, quanto também, subjetivamente, à honradez de uma pessoa.” (HOFFE,2003, p.11).

Desse modo, foram elaboradas duas questões para o valor da Justiça, ao qual podemos observar através da Tabela 1 as respectivas proporções das respostas em relação aos estágios de desenvolvimento moral:

Tabela 1 – Incidência das respostas em relação ao valor da Justiça

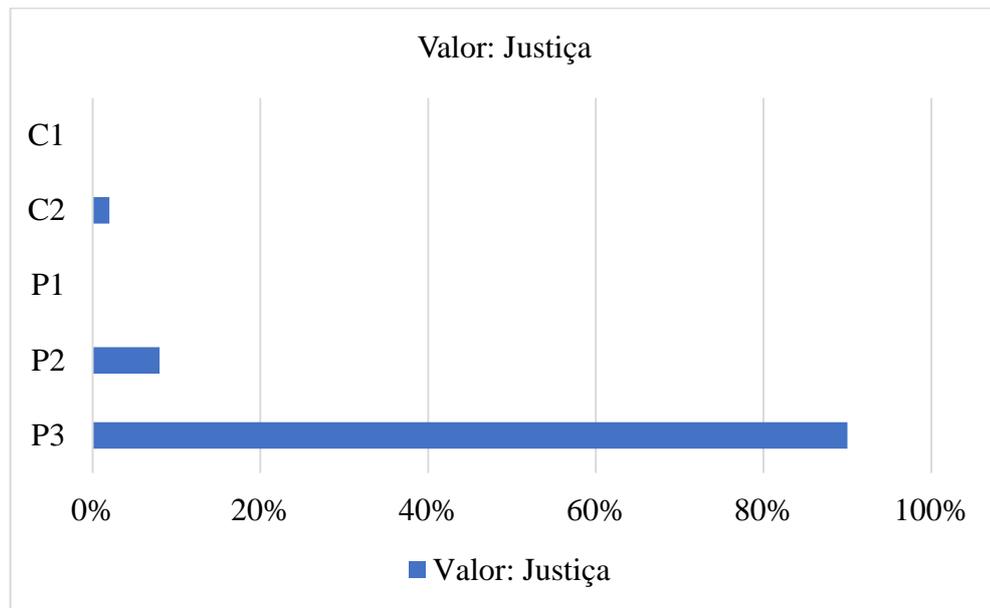
Estágios	Contra valor C1	Contra valor C2	Pró Valor P1	Pró Valor P2	Pró Valor P3
Questão 01	0%	4,8%	0%	4,8%	90,5%
Questão 02	0%	0%	0%	9,5%	90,5%

Fonte: Do autor (2018).

Em princípio, as questões foram organizadas em cinco alternativas nas quais são retratados episódios em que o administrador público deve tomar importantes decisões. No caso da primeira pergunta, relacionada à área da saúde, o assunto se centrava em torno da marcação de exames e se haveriam prioridades para determinados grupos no processo de agendamento. Na segunda questão, os acontecimentos giravam em volta da destinação de 80 casas populares aos cidadãos de um determinado município. O questionamento do caso mencionado se referia a quem seriam destinados tais imóveis.

Com isso, podemos esquematizar no gráfico logo a seguir uma análise minuciosa das respostas das duas questões – em que, a partir das situações apresentadas, é possível medir a adesão dos alunos egressos em relação ao valor da justiça e aos estágios de desenvolvimento moral:

Gráfico 1- Gráfico de Adesão ao valor da Justiça



Fonte: Do autor (2018).

O resultado é satisfatório no que tange aos objetivos do estudo – adesão ao valor da justiça (estágio P3) uma vez que 90% dos entrevistados marcaram as opções correspondentes ao maior pró-valor (P3). É possível que o ocorrido se justifique pelo fato de ser um valor que transpasse a esfera da carreira do administrador público e atinja aos níveis sociais. Hoffe (2003) acredita que, por ser um valor social moral, a justiça ultrapasse as três dimensões do universo humano (indivíduo, sociedade e Estado) e atinja uma quarta dimensão – o universo divino.

Outro ponto a considerar na análise do valor da justiça é que as alternativas relacionadas aos contra valores poderiam ser reformuladas, de modo que se tornem alternativas de respostas mais presentes no ponto de vista dos sujeitos face do valor analisado. Nas duas situações em que o valor foi trabalhado, observamos que a incidência de respostas aos contra valores girou em torno de 2,25% das incidências, como o observado na questão 01, alternativa C2.

Continuando no exame dos valores trabalhados em nossa pesquisa, o segundo a ser exposto refere-se ao Respeito. Freitas (2002) aponta que o primeiro momento em que o respeito humano é desenvolvido se dá de maneira unilateral, baseado nas relações de coação social, estabelecido na relação entre a criança com seus pais. Portanto, é na obediência que nasce o respeito.

Assim como o valor da Justiça, foram duas as indagações que se relacionam a temática do Respeito. Os eventos narrados representaram duas situações distintas que demandavam, por parte do administrador público, a observância ou não da legislação. Na primeira interrogação, o novo Secretário Municipal de Finanças de uma determinada localidade enfrentava o problema com a folha de pagamento que ultrapassava o limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal – diante disso, seria preciso assumir uma posição. Na outra pergunta, o assunto se centrava na adequação ou não, por parte do município, na Lei nº12.305, da Política Nacional de Resíduos Sólidos – uma vez que a cidade mantinha um lixão a céu aberto para o destino dos resíduos.

Isto posto, a tabela que será apresentada em seguida expõe as incidências das respostas em relação aos estágios morais do valor trabalhado – o respeito:

Tabela 2 – Incidência das respostas em relação ao valor do Respeito

Estágios	Contra valor C1	Contra valor C2	Pró Valor P1	Pró Valor P2	Pró Valor P3
Questão 03	0%	0%	14,3%	19%	66,7%
Questão 04	0%	0%	4,8%	57,1%	38,1%

Fonte: Do autor (2018).

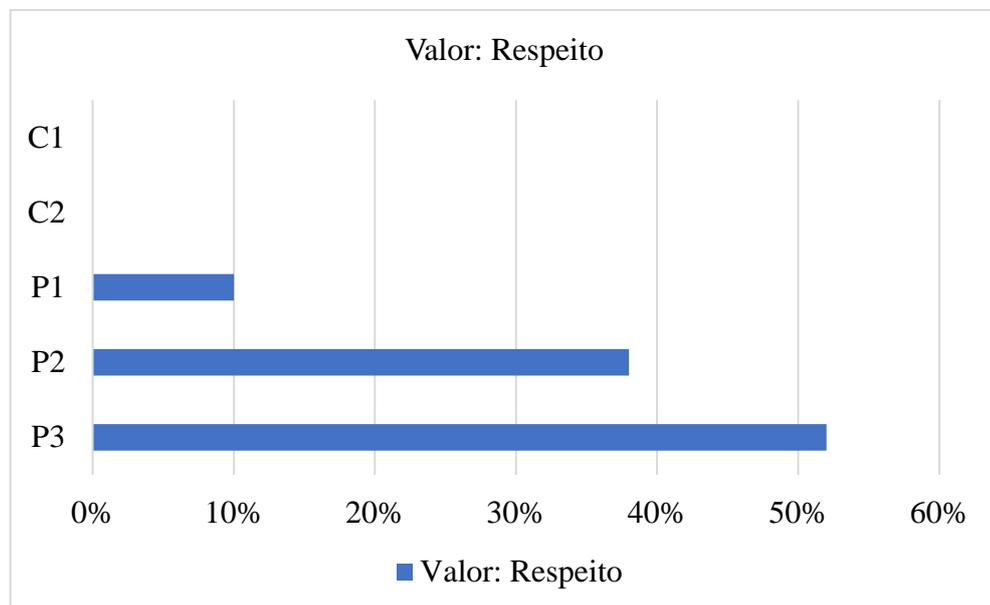
De maneira rápida, é possível enxergar uma dispersão maior das respostas; bem como, observar que as escolhas pelas possibilidades dos contra valores mantiveram o caminho do valor anterior – embora as referências aqui fossem zeradas. Isso nos leva a pensar que dificilmente um administrador público optará por condutas desrespeitosas e antiéticas no exercício de sua função.

Outras ponderações importantes podem ser levadas em conta, como exemplo uma maior ocorrência do P1 (Nível pré-convencional) nas respostas e uma inclinação diferente

em relação à questão 04 – na qual os resultados mostraram uma ocorrência maior do P2 (Nível Convencional) em relação ao P3 (Nível Pós-Convencional). Os números descentrados do valor em questão podem ser justificados não só pelo direcionamento de subordinação e punição que o respeito provoca em indivíduos – ou seja, o medo em ser punido tornou a incidência do P1 maior nas duas situações apresentadas. Mas, além disso, a manutenção da autoridade e do correto sistema social, baseado na conformidade social, fez com que os participantes assinalassem, principalmente na questão 04, a alternativa correspondente ao P2 – confirmando o desejo de que muitos indivíduos agem em consonância com a Lei. No caso específico das situações apresentadas no questionário, a obediência e respeito em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O gráfico referente à adesão ao valor do Respeito, assim como suas ocorrências, pode ser expresso logo a seguir:

Gráfico 2 - Gráfico de Adesão ao valor do Respeito



Fonte: Do autor (2018).

Em valores gerais, a adesão ao valor do Respeito por parte dos estudantes egressos quanto aos níveis de estágio da Teoria do Desenvolvimento Moral, principalmente em relação ao estágio P3 (Pós-Convencional), foi menor do que o observado no valor Justiça. Como dito anteriormente, tal situação pode ser justificada pela obediência e medo de

punição que as leis dos episódios retratados provocam. A adesão ao valor do Respeito se estabeleceu em torno de 52% no estágio P3.

O terceiro e último valor trabalhado na aplicação do questionário foi o Ethos Republicano. Instituído pelas DCN's do curso em Administração Pública como valor norteador da formação profissional do administrador público, as graduações devem promover em seus discentes a responsabilidade com a res pública, assim como a defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado. Isso acarreta afirmar que o ensino em Administração Pública deve estar voltado para atender toda a sociedade e seus distintos estratos sociais, englobando todas as classes, raças e gêneros (BAPTISTA, 2017).

Podemos dizer que o Ethos Republicano se torna o principal elemento constituinte de sua natureza para a figura do administrador público; assim como também se torna o principal valor a ser observado para a pesquisa. Portanto, os dois últimos episódios apresentados no questionário abordavam situações em que o administrador público poderia ou não fazer o uso Ethos republicano. No tocante da questão 05, nos deparamos com um cenário em que o gestor público precisa assumir responsabilidades frente aos recursos oriundos do FUNDEB e de que forma os aplicar. Por fim, a sexta pergunta defronta-se com as perspectivas futuras do egresso ao trazer para discussão a forma com que eles agiriam frente ao comando de um município, na figura de um prefeito municipal.

Podemos observar as incidências das respostas dos questionamentos 05 e 06 a partir da seguinte tabela:

Tabela 3 – Incidência das respostas em relação ao valor do Ethos Republicano

Estágios	Contra valor C1	Contra valor C2	Pró Valor P1	Pró Valor P2	Pró Valor P3
Questão 05	0%	0%	33,3%	4,8%	61,9%
Questão 06	0%	0%	0%	23,8%	76,2%

Fonte: Do autor (2018).

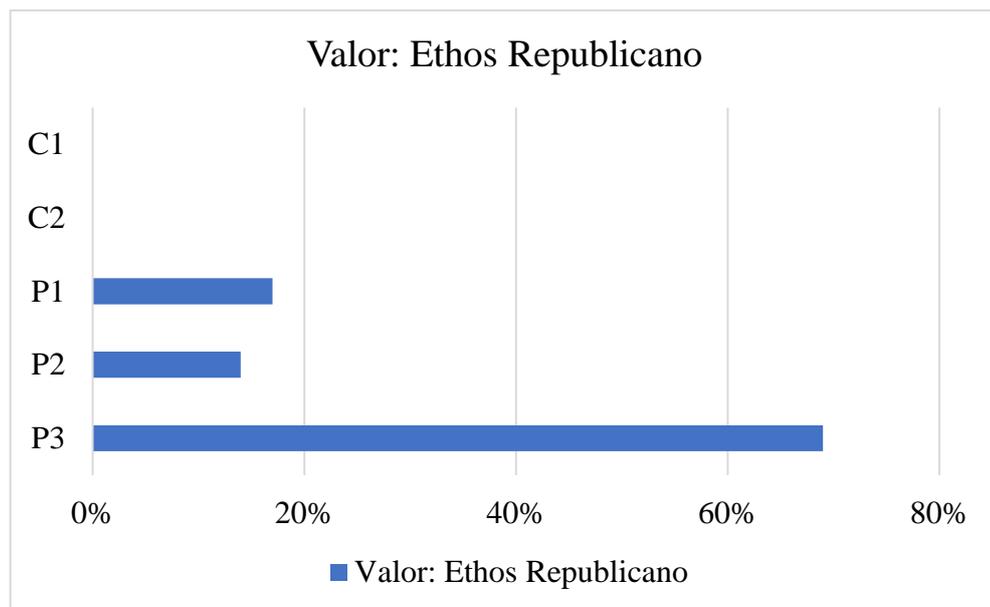
Como confirmado nas suposições anteriores, às alternativas relacionadas aos contra valores (C1 e C2) também não foram marcadas nas situações que tratam o valor Ethos

republicano. Quadro que escancara de vez uma melhor elaboração dessas afirmativas frente ao que se propõem o trabalho.

Na pergunta 05, a ocorrência do P1 foi maior que a do P2; tal reação pode ser explicada pelo fato de que os recursos do fundo em questão prescrevem condicionantes – o que, de certa forma, pode ter induzido um comportamento de obediência por parte dos respondentes. Enquanto isso, no questionamento 06, a incidência das respostas atingiu os dois maiores níveis de pró-valor (P1 e P2), podendo em partes ser explicado pela incorporação dos estudantes egressos ao Ethos Republicano.

O Gráfico 3 mostra em detalhes a adesão ao valor Ethos Republicano em relação aos níveis de desenvolvimento moral:

Gráfico 3 - Gráfico de Adesão ao valor do Ethos Republicano



Fonte: Do autor (2018).

Para fins de confirmar nossas hipóteses e completar nossa análise, também aplicamos aos egressos do curso em Administração Pública um questionário com questões abertas para que pudéssemos trazer ao final do estudo os resultados esperados.

4.2. Investigando as falas dos Egressos

É válido destacar que o problema que norteou este trabalho se deu em elaborar um instrumento que consiga medir a adesão aos valores morais e ethos republicano a partir dos posicionamentos ofertados pelos egressos do curso em Administração Pública. Porém, com base na coleta de dados, ficou clara a necessidade de produzir questões abertas para que fosse possível, ao final de nosso exame, estabelecer com clareza as considerações necessárias.

Desta forma, foram concebidas junto às questões/situações do questionário mais três perguntas abertas, que permitiu aos egressos expor suas perspectivas e o entendimento que possuem, no tocante aos valores morais, a aplicabilidade em que esses valores foram trabalhados durante a graduação (disciplinas, projetos de pesquisa, extensão, entre outros) e as situações em que fariam uso dos valores morais e éticos.

Nos cursos de Administração Pública, o ensino da ética e dos valores morais se objetiva a aperfeiçoar o julgamento moral dos alunos. Na fala dos entrevistados, fica claro que não só os princípios da administração pública foram ressaltados, mas também outros valores importantes.

Respeito ao coletivo, responsabilidade, honestidade, justiça, integridade, busca pela excelência, entre outros.
(ENTREVISTADO J)

Sim, trabalhamos sempre pautados pelos valores da impessoalidade, respeito ao próximo, honestidade, legalidade, bem-estar social, probidade administrativa.
(ENTREVISTADOP)

Nesse sentido, é válido destacar que na maioria das falas dos entrevistados, além dos valores morais tradicionais conhecidos, como o respeito e a honestidade, os princípios da administração pública são vistos como referência aos padrões éticos.

Também foi feita uma pergunta sobre a maneira com que os valores morais e éticos foram trabalhados durante a graduação. Murphy e Boatright (1994) atentam sobre a relevância em estabelecer os moldes os quais o ensino da ética deve ter; tal como a maneira em que será trabalhada na grade curricular do curso e quais seriam os melhores parâmetros a serem utilizados.

Os valores foram transmitidos em todas as disciplinas. Todas contribuíram de formas diferentes, mas complementares, matérias como constitucional, ética, sociologia, direito e cidadania são fundamentais para ampliar os valores dos estudantes. (ENTREVISTADO F)

Tive apenas uma disciplina sobre "Ética na Administração Pública" onde abordou mais teoria e pouca prática. (ENTREVISTADOL)

Foram trabalhados em várias disciplinas, como finanças públicas, direito constitucional, políticas públicas e também nas atividades de pesquisa e extensão. (ENTREVISTADO S).

Na fala de grande parte dos entrevistados, os valores morais e éticos foram trabalhados nas disciplinas dentro das atividades de pesquisa ou extensão, assim como em congressos, simpósios e palestras. Outros apontam que os valores, embora não sejam trabalhados diretamente, são abordados de forma indireta dentro das disciplinas. O Entrevistado L, por exemplo, foi o único que apontou que o assunto da ética e dos valores morais foi trabalhado apenas uma vez durante o curso, na disciplina de Ética na Administração Pública.

Por fim, foram indagadas aos entrevistados situações em que eles se viam fazendo uso dos valores morais e éticos. Conforme Whitton (2009), citado Santos-Lais et al. (2018), em diversos momentos, os gestores públicos se deparam com situações que demandam considerações éticas; muitas delas chegam a ultrapassar os pressupostos dos códigos de ética.

A medida que o administrador público irá ingressar no mercado de trabalho, no setor público, ele já tem embutido nos seus deveres zelar pela coisa pública[...] zelar pelo patrimônio público, denunciar quando casos de suspeitas de fraudes em licitações, atender o cidadão como um verdadeiro cliente/consumidor de serviços públicos. Além de respeitar os princípios constitucionais vigentes [...] O administrador público está imputado em zelar pela ética e pela moral, trabalhando em busca do bem-estar social do povo. (ENTREVISTADOT).

Acredito que são valores que devem ser cultivados em qualquer situação, independentemente de estar ou não atuando no mercado de trabalho. (ENTREVISTADOB)

Para discussão, todos os egressos argumentaram que fazem e que veem como necessário o uso dos valores diante do mercado de trabalho; sendo que metade deles

disseram que as posturas e condutas éticas devem ultrapassar a esfera do trabalho e estar presente nas relações sociais.

A imagem habitual de que o administrador público deve se centrar na qualidade da prestação dos serviços, onde os objetivos e resultados devem estar convenientes aos interesses sociais, como aponta Albarello (2006), pode ser observado através da preocupação dos egressos da pesquisa. Os respondentes do questionário enxergam suas responsabilidades perante a máquina pública.

Abordada todas as informações, podemos levantar algumas suposições que responderiam o problema de nossa pesquisa. Para tanto, tem se acertadamente constatado que os egressos do curso em Administração Pública da UFLA, tem enraizados os valores observados na pesquisa. Porém, um posicionamento também pode ser constatado, aquele que Borges (2011) diz ser do “bom garoto” e da “boa garota”, onde há uma restrita acomodação em efetivar a reflexão e a crítica. Que pode ser vista com maior incidência em relação, principalmente ao valor do Respeito.

No valor referente à justiça, observamos a maior incidência em relação ao nível P3 nas respostas, em que 90% das ocorrências levaram para o “caminho desejado” – o que, de acordo com a Teoria do Desenvolvimento Moral, os seres conseguiram atingir a plena competência moral, ou como argumenta Kohlberg (1976), a moralidade pós-convencional.

A natureza dinâmica da teoria permite que, em outras áreas, um determinado indivíduo ou grupo possa se situar em outro estágio do desenvolvimento moral. Ao passo que os valores do Respeito e Ethos republicano apresentaram incidência de respostas menos centralizadas em relação à justiça – vimos que os dois valores em questão tiveram uma ocorrência maior dos estágios P1 (Pré-convencional) e P2 (Convencional). Ainda assim, a adesão em relação ao estágio P3 mostra números bem satisfatórios; o Respeito apresentou 52% ao estágio P3 e o Ethos republicano 69%.

As perguntas abertas também se mostraram importantes para fim de análise. Ao serem questionados sobre quais valores morais e éticos foram trabalhados durante a graduação, a maioria dos egressos apontou os princípios da administração pública junto aos valores tradicionais. Atestando que muitos, ao serem indagados, confundiram os princípios com os valores morais.

Como um desenlace, fica claro a conveniência de se refletir a formação de administradores no esforço de preparar indivíduos responsáveis e com comportamento ético e humano, cumprindo o seu papel de administrador na sociedade (SOUZA; CARVALHO; XAVIER, 2003). Cabe ainda destacar, que dentro da literatura pouco se

prosperou acerca do estudo de metodologias de ensino que consigam alargar a capacidade e conhecimento de alunos sobre demandas sociais (DE OLIVEIRA, DE SOUZA SANT'ANNA, DINIZ, 2014).

A confusão tem estreita relação com a pergunta a seguir – que questiona os egressos a dizerem em que momento da graduação esses valores foram trabalhados. Ainda que todos apontassem que os valores morais foram trabalhados nas disciplinas e nas atividades de pesquisa e extensão, assim como em palestras, congressos e outros eventos – a temática da ética é tocada somente em uma disciplina durante o curso – o que permite dizer que a matriz curricular do curso em Administração Pública da UFLA aborda muito pouco a temática do ensino da ética.

Na ótica do assunto, a introdução de disciplinas que favoreçam o raciocínio do discente quanto a sua conduta como cidadão e ressaltam fundamentos mais totalizantes da conteporenidade são oportunos ao preparo de lideranças com um caráter socialmente consciente. Essas metodologias sobreleva o aperfeiçoamento de habilidade comportamentais e de atitudes, ao invés de uma instrução unicamente técnica (SANTOS-LAIS, 2018).

No tocante ao ensino de ética, sabe-se que, ao passo que a temática conquista seu espaço nas reflexões das corporações, ele consegue suscitar os gestores públicos a uma postura mais pensativa, crítica e socialmente consciente. Todavia, como nos lembra Costa, Lemos e Lôbo (2009), a dificuldade se esbarra no esforço em despontar as diferentes particularidades que constituem a temática da ética e as controvérsias à volta de suas ideias, como o conceito de bom e ruim, justo e injusto, certo e errado.

Na pergunta que procurava interpelar os egressos sobre as situações em que fariam uso dos valores morais e éticos, todos os respondentes argumentaram que na atuação profissional é que se aplicariam os valores; em metade dessas falas, os discentes ressaltaram que os valores devem ser levados para fora da esfera de atuação do administrador público, chegando aos estágios do convívio social. O que nos leva a crer que os gestores públicos formados pela UFLA possuem a consciência crítica necessária diante de episódios que demandam posturas éticas.

Considerando todas as respostas, estabeleceu-se que o critério de aceitação em relação ao estágio P3 (Pós-convencional) seria que, dentre as seis situações apresentadas ao longo da primeira parte do questionário, os egressos precisariam assinalar ao menos em quatro delas as alternativas relacionadas ao P3. Em números finais, podemos dizer que 81% dos egressos do curso em Administração Pública da UFLA se encontravam no

estágio P3 de desenvolvimento moral; assim aderindo em sua formação os valores da Justiça, do Respeito e o do Ethos republicano.

A análise aqui realizada conseguiu, de certo modo, medir a adesão que os egressos do curso em Administração Pública possuem em relação aos valores morais da Justiça, Respeito e o Ethos republicano. Constatando essa adesão, foi possível levantar certos questionamentos acerca do ensino da ética no curso da UFLA, como a falta de metodologias que abarquem a temática em questão e a compreensão que os egressos possuem em relação os valores diante da atuação profissional.

Do mesmo modo, as baixas incidências em relação aos contra valores apresentados nesta pesquisa reforçaram a constatação da deficiência de algumas alternativas frente ao que foi proposto durante o trabalho, apontando uma melhor elaboração dessas situações para futuras aplicações. Compete destacar que, por ser um estudo pré-teste, as inferências do grau de adesão ao valor investigado foram conseguidas a partir de um número pequeno de itens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi anteriormente afirmado, as nuances do exercício da função do administrador público lhe conferem características peculiares em relação aos demais profissionais. A figura engessada e burocrata – que ficou por muito tempo atrelada aos gestores públicos – passou por um movimento de redefinição, assim como o Estado. O que se evidencia nos dias atuais, de acordo com Dror (2014), é a menção a um administrador público do tipo delta, que engloba não só uma integração de competências já pré-concebidas – como o profissionalismo, a capacidade de inovação e criatividade e a meritocracia. A nova imagem do administrador público deve refletir os anseios da sociedade, como o virtuosismo, a independência e o forte sentido de compromisso com a república.

A partir disso, dentro da academia, muitas pesquisas se objetivaram a compreender não só as peculiaridades em torno desse agente de transformação, mas também a absorvência de condutas éticas e morais que cercam a formação desses profissionais.

Este trabalho se debruçou no estudo e na elaboração de um instrumento que conseguisse medir a força de adesão aos valores da Justiça, do Respeito e Ethos republicano na formação de administradores públicos da Universidade de Federal de Lavras – UFLA, com base na análise feita a partir de uma amostra de 21 estudantes egressos (formados) do curso de Administração Pública. As discussões aqui realizadas visaram contribuir para um melhor entendimento a respeito da absorção desses valores a partir das respostas presentes nos questionários aplicados aos egressos do curso.

De forma genérica, o questionário contou com situações/questões que apresentaram episódios cotidianos em que o administrador público deveria tomar uma decisão frente ao ocorrido. Sob uma adaptação da Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1976), as alternativas dos questionamentos se alinhavam aos três estágios de desenvolvimento moral da teoria (Nível Pré-Convencional, Nível Convencional e Nível Pós-Convencional). Ademais, para conferência das incidências de respostas, foi utilizada a metodologia do TRI (Teoria de Resposta ao Item) – a qual permitiu identificar os traços latentes em relação a um item em questão; no caso, ao valor moral.

Ao final, foi constatado que para ser incluído no estágio P3 (Estágio Pós-Convencional) e ter absorvido os valores morais e ethos republicano seria preciso que os respondentes, em pelo menos quatro das seis situações, tivessem marcado a alternativa

correspondente ao P3. No final, vimos que 81% dos entrevistados aderiam aos referidos valores e atingiram ao estágio P3 que lhes conferiu um maior senso crítico diante das situações.

Resultado satisfatório quanto ao objetivo da pesquisa, confirmando o fato de os administradores públicos possuírem um senso irrestrito em relação às condutas éticas.

As DCN's dos cursos do Campo de Públicas – assim como o PPC do curso de Administração Pública da UFLA – argumentam que o ethos republicano deve ser o princípio norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional. Desse modo, a graduação deve reproduzir esse princípio fundamental em todos os processos de ensino-aprendizagem dos projetos – uma busca pela inserção da discussão, ação e atitude ética, crítica e reflexiva durante o curso e na prática profissional.

No tocante ao ensino da ética e de disciplinas que abordam a temática dos valores morais, admite-se que, enquanto logra degraus dentro da academia, no interior das organizações e em diferentes centros de ensino e pesquisa que ofertam a graduação em Administração Pública, tais ações agem como um produto indutor de comportamento mais crítico, ponderado e socialmente mais consciente.

Conquanto estivesse presente nas falas dos egressos de nossa pesquisa, as quais apontaram que os valores morais e éticos são trabalhados em todas as disciplinas do curso – seja de forma direta ou indireta – o cenário que avistamos contradiz o discurso dos estudantes; pois ao analisar a grade curricular, vimos que durante a graduação é ofertada somente uma matéria que abarca a tônica da Ética e dos valores, a disciplina de Ética Profissional na Administração Pública. Podemos constatar diante desse fato a confusão que a maioria dos egressos faz em relação aos princípios que regem a Administração Pública com os padrões éticos e morais. Nas palavras de Santos (2018), é possível constatar que apesar dos tópicos estarem contidos em grande parte dos PPCs, o que se vê é um caminho ainda longe do ideal no tocante a inserção da ética nos cursos de Administração.

Em relação aos contra valores, apesar de baixa ocorrência em situações das questões apresentadas ao longo questionário – que objetivou medir a adesão em relação aos valores da Justiça, do Respeito e Ethos republicano – foi reforçada a decisão de uma melhor reformulação das alternativas, para que refletissem uma possível opção de escolha numa futura aplicação. Ainda assim, a baixa ocorrência confirma o que se espera da postura de um administrador público: uma conduta ética e o respeito com a res pública.

Raros são os experimentos sociais que estão isentos de limitações. Para a finalidade da pesquisa, o principal objetivo foi atingido ao conseguir medir a adesão aos valores morais. Contudo, no percurso do trabalho adversidades surgiram – como a dificuldade em conseguir egressos para a aplicação dos questionários, além da baixa adesão e resistência por parte dos egressos contatados.

Em se tratando de um estudo que ainda está em fase de elaboração, o instrumento oriundo desse trabalho necessita de melhores ajustes. Ademais, os resultados obtidos não podem ser generalizados, visto que a mensuração em números de valores morais torna-se algo completamente inconcebível.

A contar desse trabalho e da leitura de artigos que abordam a temática dos valores morais e do ensino da ética, manifestam-se algumas referências de pesquisa as quais podem ser realizadas futuramente: Qual o entendimento que a comunidade acadêmica em Administração Pública manifesta em relação aos padrões éticos e o Ethos republicano? De que modo os métodos de ensino e conhecimento são capazes de induzir o juízo e o pensamento moral dos alunos? Na medida em que se inserem no mercado de trabalho, como os graduandos congregam os preceitos éticos e o Ethos republicano em sua função como Administradores Públicos?

Finalmente, pode-se dizer que esse trabalho contribui para o campo das ciências sociais, notadamente a Administração Pública, mostrando-se um instrumento que possa vir a ser referência em relação à mensuração a valores em pesquisas futuras. Contudo, faz-se necessário também novos estudos sobre o tema de valores morais e do ensino da ética – visto que as principais contribuições teóricas da área advêm da Administração Privada.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, Cristiane Botezini. O papel do administrador na gestão pública. *Revista de Administração*, v. 5, n. 9, p. 49-71, 2006.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. O ensino de administração pública: histórico e diagnóstico. 1995. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getulio Vargas.

ARAÚJO, Eutália Aparecida Candido de et al. Teoria da resposta ao item. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, n. spe, p. 1000-1008, 2009.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira. Diretrizes nacionais e o descompasso na formação humanística do curso de graduação em Administração Pública da UFRRJ. *Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v.6,n.13,p.101-119,2017.

BATAGLIA, Patricia Unger Raphael; MORAIS, Alessandra de; LEPRE, Rita Melissa. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, p. 25-32, 2010.

BORGES, Jacqueline Florindo et al. Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema? *Cadernos Ebape. BR*, v. 9, n. spe1, p. 530-568, 2011.

BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.

BRANDÃO, Marisa. Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. *SENAC. Boletim Técnico do SENAC*. São Paulo, v. 3, n. 25, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20138&Itemid=866. Acesso em: 12 jan. 2017.

_Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, seção 1, p.26, jul.2005. Disponível em: . Acesso em: 14 agosto.2018.

CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, v. 16, n. 1, p. 4-16, 1982.

CARNEIRO, João Geraldo Piquet. O aprimoramento da conduta ética no serviço público federal. *Revista do Serviço Público*, v. 49, n. 3, p. 120-133, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

COELHO, Fernando de Souza; OLENSCKI, Antonio Roberto Bono; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). Revista de Administração Pública, p. 1707-1732, 2011.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). Organizações & Sociedade, v. 20, n. 66, p. 403-422, 2013.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, F. J. da; LEMOS, A. Q.; LÔBO, R. J. S. Percepções éticas de estudantes de administração. RAEP-Administração: Ensino & Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 35- 53, 2009.

DA COSTA, Maurício Mesurini. Ética da responsabilidade e ética da convicção: proposta de uma racionalidade para o controle judicial de políticas públicas. Revista Urutágua, n. 19, p. 20-34, 2009.

DE ADMINISTRAÇÃO, Conselho Federal. Código de Ética Profissional do Administrador. Nova redação dada pela Resolução Normativa CFA, n. 264, 2010

DE BARROS, Amon Narciso; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. Cadernos Ebape. br, v. 11, n. 2, p. 256-273, 2013.

DE OLIVEIRA, Fatima Bayma; DE SOUZA SANT'ANNA, Anderson; DINIZ, Daniela Martins. Contribuição dos cursos de graduação em administração: desenvolvimento de lideranças socialmente responsáveis. Revista Economia & Gestão, v. 14, n. 34, p. 137-167, 2014.

DE SOUZA COELHO, Fernando; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). Revista de Administração Pública, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.

DROR, Yehezkel. O administrador público tipo delta para o século 21. Revista do Serviço Público, v. 48, n. 2, p. 5-26, 2014.

ENRIQUEZ, Eugène. Os desafios éticos nas organizações modernas. Revista de Administração de Empresas, v. 37, n. 2, p. 6-17, 1997.

FERREIRA, A. B. H. Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. Atual. Curitiba: Positivo, 2005. p.383.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Piaget e a consciência moral: um kantismo evolutivo?. *Psicologia: reflexão crítica*. Porto Alegre. Vol. 15, n. 2 (2002), p. 303-308, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HEJKA-EKINS, April. Teaching ethics in public administration. *Public administration review*, p. 885-891, 1988.

HÖFFE, Otfried. *O que é justiça?*. Edipucrs, 2003.

JÚNIOR, Thomaz Wood; DE PAULA, Ana Paula Paes. O fenômeno dos MPAs brasileiros: hibridismo, diversidade e tensões. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 1, p. 116-129, 2004.

KEINERT, Tania Mezzomo. O movimento “campo de públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014.

KOHLBERG, Lawrence. *Psicología Del desarrollo moral*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.

LAFER, Celso. O significado de República. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

MEDAUAR, Odete et al. *Direito administrativo moderno*. Editora Revista dos tribunais, 2008.

MURPHY, Paul R.; BOATRIGHT, John R. Assessing the effectiveness of instruction in business ethics: A longitudinal analysis. *Journal of Education for Business*, v. 69, n. 6, p. 326- 332, 1994.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores?. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. *Revista de Administração Pública RAP*, v. 41, 2007.

PARASURAMAN, A. *Marketing research*. 3. ed. Addison Wesley PublishinCpompany, 1991.

PENENGO, Miguel. *O papel do gerente público em processos de mudança*. 1997.
PEREIRA, Romilson Rodrigues. *Ética nas Instituições Públicas*. 2014.

PIRES, Valdemir et al. Dossiê-Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

ROUANET, Sergio Paulo. Criação no Brasil de uma escola superior de administração pública. 2005.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. *Revista de Ciências da Administração*, v. 11, n. 25, p. 83,2009.

SANTOS, Fernanda Marsaro. Estudo de caso como ferramenta metodológica. *Revista Meta: Avaliação*, v. 3, n. 9, p. 344-347, 2011.

SANTOS-LAIS, Laís Silveira et al. Ensino de Ética em Cursos do Campo de Públicas: uma análise a partir de Projetos Pedagógicos de Curso e das Diretrizes Curriculares Nacionais. 2018.

SILVA, Benedicto. Gênesis do ensino de administração pública no Brasil. *Cadernos da EBAP*, Rio de Janeiro, EBAP/FGV,1952.

SOUZA, W. J.; CARVALHO, V.; XAVIER, A. M.. Mercado, Ética e Responsabilidade Social na Formação dos Profissionais de Administração e de Ciências Contábeis: uma análise teórico-comparativa sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais. XXVII ENANPAD. Anais... Atibaia: ANPAD 2003

TAVARES, Marialva Rossi. Avaliação de valores sociomoraís: procedimentos para a construção de uma escala. *Estudos em Avaliação Educacional*,v.24,n.56,p.252-272,2013.

VALLS, Álvaro LM. O que é ética. Brasiliense, 2017.

VENDRAMINI, Patrícia. Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências: a contribuição do Curso de Administração Pública da Esag-Udesc. 2017.

VERDAN, TauãLima.PrincípiodaLegalidade:CoroláriodoDireitoPenal.JuridPublicações Eletrônicas, Bauru, v. 22,2009.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 281 p.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Matriz de referência dos Valores Morais e Ethos Republicano

JUSTIÇA	
VALOR	CONTRA VALOR
Composto pelos princípios da equidade e igualdade, a justiça se articula também com outros valores morais, como o diálogo, o respeito e a dignidade.	Injustiça, arbitrariedade, parcialidade, imoralidade, desonestidade, deslealdade, discriminação

RESPEITO	
VALOR	CONTRA VALOR
Valorização de qualquer movimento, pessoa ou instituição considerando suas singularidades. Vemos como uma forma de respeito, o mútuo, que se define pela reciprocidade das relações: ao dever de respeitar o outro articula-se o direito, a exigência de ser respeitado (BRASIL, 1997, p. 96).	Desrespeito Indiferença Descaso/ Depredação

ETHOS REPUBLICANO	
VALOR	CONTRA VALOR
Princípio norteador da formação ética profissional do administrador público, que remete a responsabilidade pela res publica e a defesa do efetivo caráter público e democrático do estado	Irresponsabilidade, descaso com a res publica, arbitrariedade, autoritarismo em relação à gerência do Estado.

ANEXO B – Questionário aplicado aos alunos egressos do curso em Administração Pública – UFLA

VALOR TRABALHADO – JUSTIÇA

01) A saúde é um direito fundamental por estar alinhado ao direito à vida e à existência digna. Tal conquista pode ser refletida tanto pela Constituição Federal de 1988, onde no artigo 196 diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado...” Assim como na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que garante o acesso integral, universal e igualitário a saúde pública. Como novo Secretário Municipal de Saúde e ciente de todas as minhas atribuições, será preciso definir questões importantes relacionadas à marcação de Exames pelo SUS no município, uma delas, será estabelecer uma ordem de marcação de exames, com possíveis grupos prioritários. Como agir diante dessa situação?

- a) Os pedidos de exames em situação de urgência, como em pacientes da oncologia ou pacientes que irão realizar algum procedimento cirúrgico, devido à natureza do caso, terão prioridade, seguidos pelos grupos especiais como idosos, gestantes e crianças, por fim os demais solicitantes.
- b) Pedidos de exames de grupos especiais, como idosos, gestantes e crianças terão prioridades na marcação em relação a outros pedidos levando em consideração a disponibilidade.
- c) Embora os critérios fossem estabelecidos pela secretaria, como entrada de pedidos e a urgência dos exames, questões particulares podem interferir na marcação dos exames.
- d) Os pedidos de exames que entrarem na Secretaria Municipal de Saúde irão obedecer à ordem de entrada, ou seja, os primeiros exames pedidos serão os primeiros exames a serem marcados, de acordo com a disponibilidade.
- e) Não serão estipulados critérios para a marcação dos exames por parte da secretaria, as marcações serão realizadas de acordo com o consentimento do servidor/profissional encarregado pela tarefa.

02) As origens da intervenção estatal na questão habitacional como interesse social se consolidaram a partir da Era Vargas. Embora durante todos esses anos fosse vista apenas como gasto público, sabemos que ela representa um importante investimento social. Diante disso, enquanto Secretário Municipal de Habitação consigo firmar uma parceria entre a prefeitura municipal e a Secretaria Estadual de Habitação (SEH), da qual serão entregues 80 casas populares num conjunto habitacional na periferia da cidade. Sendo o mais justo possível, preciso definir para quem serão destinadas as casinhas. Qual será o melhor critério para a distribuição dessas casas?

- a) Considerando que certas comunidades de baixa renda do município vivem em lugares onde a situação é irregular, contribuiria para que os moradores de tais localidades fossem os primeiros beneficiados com as casas.
- b) A melhor opção será um cadastramento das famílias solicitantes, procurando beneficiar toda a população. Assim, o critério essencial para ser contemplado com uma dessas casas será a comprovação de baixa renda e o compromisso com o pagamento das parcelas, bem como, o cuidado com a casa.
- c) Conhecendo a demanda por imóveis no município e que o montante de solicitações para ser contemplado com uma dessas casas populares virão em grande número, à melhor alternativa diante da situação seria um sorteio simples. Anulando o risco de favorecimento a alguém.
- d) Sabendo da real demanda por casas populares e que a procura por elas será grande, adotarei como um critério de seleção, a admissão de benefícios financeiros por parte dos interessados em obter uma dessas casas.
- e) Diante da tomada de decisão para quem serão destinadas as futuras casas populares, iria colaborar com grande afeto aos amigos e familiares, posteriormente os demais cidadãos interessados.

VALOR TRABALHADO – LEGALIDADE

03) Enquanto novo Secretário Municipal de Finanças do município, percebo que a atual gestão, está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde mais de 70% do orçamento vai para o pagamento dos salários, sendo que o limite legal estabelecido por lei é de 54% do orçamento. Munido por tais informações e possuindo um conhecimento acerca da lei, qual solução devo tomar?

- a) Sabendo que o município conta atualmente com 658 funcionários efetivos e um montante de 247 cargos comissionados, a primeira medida seria a redução em mais de 100 cargos comissionados. Ação que geraria um alívio acima 10% na folha de pagamentos.
- b) Ciente das irregularidades, devo informar ao executivo que nenhum gasto extra poderá ser feito em relação à folha de pagamentos, seja na contratação de pessoal ou no aumento de salário de servidores, sob o risco de ser autuado por parte do Ministério Público.
- c) Inteirado sobre a situação fiscal do município, soube que o prefeito almeja contratar novos funcionários para atuarem como monitores escolares, portanto, daria o respaldo necessário para que o prefeito efetivasse a iniciativa.
- d) Sabendo da situação a qual o município se encontra e diante do meu primeiro emprego como administrador público me consentiria com a atual situação financeira da prefeitura.

- e) Além das medidas de contenção, como o corte de cargos comissionados, daria prosseguimento aos ajustes fiscais, visando diminuir os custos com a folha de pagamento. Ademais, tentaria aumentar a arrecadação para que setores importantes, como saúde e educação, sucateadas pela alta folha de pagamento, consiga os recursos mínimos exigidos por lei, coisa que não acontecia no município.

04) A Lei n ° 12.305 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem como meta sanar os problemas ambientais, apontando um conjunto de metas e objetivos com foco na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos. Como Secretário Municipal de Saneamento Básico e diante da PNRS, preciso adequar à situação do município onde trabalho que ainda possui o lixão a céu aberto. Qual é a melhor forma de agir diante dessa situação?

- a) Como o município vizinho atende os requisitos necessários para a correta destinação do lixo, conforme a PNRS, firmo um contrato junto à prefeitura vizinha para que meus resíduos sólidos possam ser corretamente destinados ao aterro.
- b) Buscarei parcerias, seja com o poder público ou com a iniciativa privada para atrair investimentos, para assim, trazer ao município um aterro sanitário adequado que consiga fazer a destinação correta dos resíduos sólidos.
- c) Diante da PNRS e das dificuldades financeiras que assola as contas do município, irei manter o lixão a céu aberto como alternativa momentânea para a destinação do lixo.
- d) Embora não seja a opção mais viável levando em conta o impacto ambiental, mas ciente da situação financeira municipal, como alternativa emergencial mesmo sendo proibido, iremos adotar o sistema de aterro controlado para o tratamento dos resíduos sólidos.
- e) Manter um aterro sanitário gera custos elevados a receita do município. Como alternativa, incluirei o município num consórcio intermunicipal, onde várias cidades participam, assim, os resíduos sólidos serão destinados para uma localidade onde a empresa responsável pelo serviço, fará a destinação correta do lixo.

VALOR TRABALHADO – ETHOS REPUBLICANO

05) A educação é um direito social previsto na Constituição Federal em seu Artigo 6º e no Artigo 205 que trás: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa...”. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado para amparar toda a educação, das creches ao ensino médio e representa recursos oriundos do Governo Federal para financiar todas as etapas do ensino. Repassado os recursos do Fundeb ao meu

município, preciso decidir onde eles serão empregados, respeitando as particularidades do fundo em que no mínimo 60% dos recursos devem ser destinados aos profissionais do magistério em exercício e no máximo 40% para as despesas diversas consideradas como de manutenção. Como utilizar da melhor maneira possível tais recursos?

- a) Com compromisso e respeito com a educação, assim como, em relação aos professores e estudantes da rede de ensino, valorizarei a carreira do professor, concedendo um aumento do salário, compatível com ao piso estadual, além é claro de gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções do magistério. Com o pensamento nos estudantes, irei adquirir materiais didático-escolares diversos que apoiem o trabalho pedagógico, como material desportivo, acervo da biblioteca, dicionários, etc.
- b) Sabendo que no mínimo de 60% dos recursos do fundo deve ser destinado à remuneração dos profissionais do magistério em exercício na educação básica pública. Farei com que seja aplicado aos profissionais algo em torno de 50% dos recursos previstos.
- c) Tentarei utilizar da melhor maneira os 40% dos recursos destinados as despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, adquirindo mobiliários novos como cadeiras e mesas, pois os que se encontram nas duas escolas no município estão em péssimo estado de conservação. Além da ampliação de salas de aula nas duas escolas.
- d) Para utilização dos recursos assim como proposto, utilizarei no mínimo 60% do fundo para a remuneração dos profissionais do magistério em atuação e no máximo 40% dos recursos para as despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
- e) Como o auxílio transporte e o auxílio alimentação para eventos da educação se enquadram nos 40% das despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), farei com que esses dois itens façam parte dos 60% dos recursos destinados a remuneração dos profissionais do magistério, pois são os professores mesmos que fazem uso dos auxílios.

06) A função do administrador público possui grande importância no cenário socioeconômico, seja ele, municipal, estadual ou federal. Embora sua atuação esteja relacionada a questões como participação da sociedade, a boa-governança e à ética, ela precisa estar em constante evolução. Sabendo das responsabilidades e dos deveres do cargo, assim como o compromisso com a res publica, enquanto administrador público formado assumo como Prefeito de um município. Consciente do meu papel, em que sentido minhas preocupações devem ganhar forma enquanto gestor público?

- a) Cumprirei meu mandato, me privando das obrigações legais deixando de enviar projetos de lei para a Câmara Municipal, dificultando uma relação harmônica com o legislativo.
- b) Além das responsabilidades enquanto gestor público, estando à frente da prefeitura de um município, mais do que ser o representante do executivo e gerir as contas

públicas, farei uma gestão correta e eficiente que abarque os princípios éticos e valores da administração pública.

- c) Ciente das responsabilidades da carreira do administrador público, irei trazer minha formação teórica para a prática. Enquanto prefeito, assumirei o compromisso de realizar uma gestão pública eficiente e correta.
- d) Ciente de todas as responsabilidades da carreira, farei uma gestão correta e efetiva, que obedeça aos princípios e valores da administração pública, minha preocupação será em governar para todos, buscando sempre o diálogo e o consenso, ouvindo os anseios da população. Agindo em conformidade com a lei e no respeito com a coisa pública.
- e) Exercerei meu mandato de prefeito, me abstendo dos compromissos legais de planejar, comandar, coordenar, controlar e manter os contratos externos.

ANEXO C – Roteiro de pergunta aplicado aos estudantes egressos do curso em Administração Pública - UFLA

- 1) Sobre sua formação acadêmica em Administração Pública na UFLA, você consegue apontar quais são valores morais e éticos que foram trabalhados durante a sua graduação?
- 2) Em complemento a pergunta anterior, você conseguiria dizer a maneira em que esses valores foram trabalhados? Por exemplo, nas disciplinas, em palestras, em congressos, assim como em outros momentos.
- 3) Agora trazendo para o exercício da função do administrador público, em quais situações você se vê usando os valores morais e éticos.